



## Editorial

A capa do boletim desta semana é provocativa. Como falar de estado de exceção em plena vigência democrática? Não é um desatino?

Nesta semana, no evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos, será apresentado o livro **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua**, de Giorgio Agamben. O livro foi oportunamente publicado, na sua versão portuguesa, pela Editora da UFMG. A obra de Giorgio Agamben, autor italiano, relativamente pouco conhecido no meio acadêmico brasileiro, é o tema central deste número do IHU On-Line. Trata-se de um pensamento denso e instigador que contribui na análise política das sociedades contemporâneas. A

tradução de dois textos do alemão, de uma entrevista traduzida do espanhol e da resenha do último livro de Agamben feita por Antonio Negri, é completada pela pertinente entrevista de Raul Antelo, professor na UFSC. Suscitar e contribuir para o estudo e análise do pensamento de G. Agamben é um dos objetivos deste boletim.

Eduardo Galeano, refletindo sobre os importantes acontecimentos na Bolívia, de certa forma, mostra a força da 'multidão', conceito central do livro **Império** de Antonio Negri e M. Hardt. O projeto neoliberal, dramaticamente derrotado na Argentina, foi sepultado na Bolívia pela 'multidão'.

A leitura do boletim desta semana pode ajudar a entender melhor a sociedade que, como universidade, queremos servir.

Uma ótima semana!

### RETRATO DE UM "PESSIMISTA"

O artigo a seguir é de autoria de Daniel Link, professor de Literatura do Século XX da Universidade de Buenos Aires. Escritor e jornalista dirige o "RadarLibros", suplemento literário do jornal **Página/12**. Publicou,

entre outros, os livros "La chancha con cadenas", "La clausura de febrero y otros poemas malos", "Los años noventa" y "Cómo se lee". O artigo, bem como a entrevista feita por Daniel Link com Giorgio Agamben, transcrita na seqüência, foram retirados do **Portal del Islam en Español**, edição nº 137, de 5 de setembro de 2001 ([www.webislam.com](http://www.webislam.com)), que dedica parte do seu conteúdo à cobertura da migração árabe na Europa. Foram eliminadas duas breves referências ao mercado editorial argentino. A entrevista, marcada por comentários do entrevistador, teve a sua estrutura mantida integralmente, acrescentando-se apenas os nomes dos protagonistas, em benefício da clareza. As traduções e as notas de rodapé são da equipe do **IHU On-Line**.

Quem é esse filósofo cujo nome ressoa entre os grandes do pensamento europeu contemporâneo, pronunciado à la francesa (com acento na última sílaba) – porque desde 1986 é diretor de um dos programas do Colégio Internacional de Filosofia de Paris – ou à la italiana (com acento na segunda sílaba) – porque nasceu em Roma em 1942? A foto mais antiga que se pode conseguir de Giorgio Agamben é de 1964 e o mostra representando São Felipe no Evangelho segundo São Mateus de Pier Paolo Pasolini, o maior italiano do século XX. Mas não nos enganemos: o jovem Giorgio não era um daqueles *ragazzi* da rua que Pasolini incorporava em seus filmes. Em 1965, defende, na Universidade de Roma, sua tese que examina o pensamento político de Simone Weil<sup>1</sup>, merecendo *summa cum laude*. Entre 1966 e 1968 assiste na Alemanha aos seminários de Martin Heidegger sobre Heráclito e Hegel. Em 1970, publica o primeiro livro de sua frenética e lúcida produção: **L'uomo senza contenuto** (Rizzoli). Entre 1974 e 1975, trabalha com F. Yates<sup>2</sup> no Instituto Warburg, de Londres sobre a relação entre linguagem e visões no conceito medieval de melancolia (a "acedia") [associado à vida monástica, seu ritmo temporal e seus limites espaciais], de onde sai outro livro luminoso: **Stanze: la parola e il fantasma nella cultura occidentale** (Einaudi, 1979).

### Experiência e linguagem

Agamben apóia-se na reflexão lingüística como uma maneira de construir uma ontologia do presente. **Infanzia e storia** (Einaudi) articula uma teoria da história e da experiência de base benjaminiana (Agamben é diretor, a partir de 1979, da edição italiana das obras completas de Benjamin), com profundos laços com a teoria lingüística que lhe é contemporânea (Emile Benveniste<sup>3</sup>, sobretudo). **Infanzia e storia** é um "ensaio sobre a destruição da experiência". Mas, diferentemente do que podia escrever Benjamin na década de 1930, disse Agamben, "hoje sabemos que para efetuar a desconstrução da experiência não se necessita, em absoluto, de uma catástrofe": para isso basta perfeitamente a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade. "Pois a jornada do homem contemporâneo não contém nada que possa traduzir-se em experiência: nem a leitura do diário, tão rica em notícias que o contemplam desde um inevitável distanciamento, nem os minutos passados ao volante de um automóvel em um engarrafamento; tampouco a viagem ao inferno dos metrô, nem a manifestação imprevista que bloqueia a rua, nem a névoa dos gases lacrimogêneos que se dissipa lentamente entre os edifícios do centro, nem sequer os lacônicos disparos de um revólver retumbando em alguma parte; tampouco a fila frente aos guichês de um escritório ou a visita ao mundo da alegria do

<sup>1</sup> Filósofa francesa, morta em 1943. Migrando do agnosticismo ao cristianismo, sua obra voltou-se ao estudo da condição humana no mundo do trabalho e está marcada pela solidariedade pela solidariedade aos excluídos e pelo desprezo à religião fundada em promessas de riquezas e poderes. Numa próxima edição do IHU On-Line dedicaremos uma reportagem sobre ela por ocasião dos cinquenta anos da sua morte.

<sup>2</sup> Estudioso do ocultismo, examinou as relações da magia com a emergência das ciências exatas.

<sup>3</sup> Lingüista francês, elaborou sua obra a partir das formulações de Ferdinand de Saussure.

supermercado, nem os momentos eternos de muda promiscuidade com desconhecidos no elevador ou em um ônibus. O homem moderno volta para casa, à noite, extenuado por uma miscelânea de acontecimentos – divertidos ou tediosos, insólitos ou comuns, atroz ou prazerosos – sem que nenhum deles se tenha convertido em experiência.”

Essa perda da experiência é, na verdade, uma expropriação, “implícita no projeto fundamental da ciência moderna”, que transformou a experiência em “caso” ou “experimento”. É por isso, que “no seio dessa crise de experiência, a poesia moderna encontra sua colocação mais apropriada: porque se a consideramos atentamente, a poesia moderna – de Baudelaire em diante – não se funda em uma nova experiência, mas em uma carência de experiência sem precedentes”. Uma definição rigorosa do problema da experiência deve, então, deparar-se fatalmente com o problema da linguagem. “Uma experiência originária”, conclui Agamben em *Infância e experiência*<sup>4</sup>, antes de dedicar-se a analisar os jogos, as brincadeiras, o tempo e a história, “longe de ser algo subjetivo, não poderia ser senão aquilo que, no homem, está antes do sujeito, isto é, antes da linguagem: uma experiência muda no sentido literal do termo, uma infância do homem, cujo limite justamente a linguagem pode sinalizar. Uma teoria da experiência somente poderia ser, nesse sentido, uma teoria da infância, e seu problema central deveria ser assim formulado: existe algo que seja uma infância do homem? Como é possível a infância enquanto fato humano? E se é possível, qual é o seu lugar?”.

### Morte e política

Certamente, o pensamento de Agamben pode ser compreendido desde então como um pensamento “pessimista”. Seu próximo livro (e o primeiro a ser traduzido em inglês) é *Il linguaggio e la morte* (Einaudi, 1982), uma meditação, focalizando a relação entre o pensamento de Hegel e a poesia de Leopardi. Não é a única das suas contribuições no campo da literatura; em 1985, publica *Idea della prosa* (Feltrinelli), um conjunto de comentários à definição hegeliana de prosa; em 1993, (nada menos que com Gilles Deleuze como co-autor) dá a conhecer *Bartleby, la formula della creazione* (Quodlibet); em 1996, *Categorie italiane: studi di poetica* (Marsilio). Seus interesses literários dizem com eloquência da forma e da direção de seu pensamento: lê de Kafka (cuja obra comenta em *Homo sacer*) a San Juan de la Cruz (cuja edição em italiano supervisiona), a Proust (escreve uma introdução à edição italiana da novela *El indifferente* em 1978).

Não é que Giorgio Agamben pense que o único refúgio para os espíritos sensíveis em um mundo cada vez mais “desanimado” seja a arte, senão que Agamben encontra na arte os fundamentos para uma teoria política do presente.

### Campo de concentração

A partir de 1989, as investigações de Agamben se alternam entre a literatura e a teoria política. Trabalha o conceito de comunidade – *La comunità che viene* (Einaudi, 1990) – e logo constrói sua mais provocativa teoria em torno do *homo sacer*, essa enigmática figura do direito romano arcaico que designa ao homem cuja vida (consagrada a Júpiter, separada do resto das vidas da pólis) não pode ser “sacrificada” (no sentido religioso ou ritualístico). O que se permite ao *homo*

<sup>4</sup> Mantivemos a denominação “Infância e Experiência”, tal como no texto original, entretanto, tudo indica que o autor se refere, de fato, ao livro *Infancy and History: The Destruction of Experience*. Verso Books. New York, 1996.

*sacer* – porque a lei não o contempla – é ser assassinado sem que esse assassinato constitua delito. Essa figura reaparece no século XX com os campos de concentração ou de extermínio, cuja teoria Agamben desenvolve convencido de que são esses campos (e não a cidade) que constituem o paradigma de nossa modernidade. A “vida nua” (ou vida despojada) é a existência despojada de todo valor político (de todo sentido cidadão). O campo (de concentração, de extermínio) é o espaço mais radical (mas não o único), onde se executam as biopolíticas contemporâneas: onde a vida, privada de todos os direitos, pode ser objeto de todos os experimentos.

***Homo sacer*** e ***O que resta de Auschwitz***<sup>5</sup> desenvolvem essa teoria sombria que faz da maioria de nós não cidadãos, mas meros objetos experimentais da ciência. Esses livros combinam com um par de idéias simples (mas nem por isso banais). Em primeiro lugar, se há um incremento do controle político sobre nossas vidas, este controle já não se desenvolve através dos aparatos tradicionais de controle e submetimento (a justiça, a polícia, etc, que supõe a existência dos indivíduos como cidadãos), mas através de mecanismos que despojam previamente os indivíduos de todos os direitos ou formalidades jurídicas: a nutrição, os sistemas sanitários (a mesma definição de “morte cerebral” é um dispositivo que faz dos corpos meros bancos de órgãos), a eutanásia e o controle da natalidade. Em segundo lugar, existe um paradoxo jurídico que pode deixar o sujeito dentro e fora da lei ao mesmo tempo. Excluído da lei, deixa de ser um sujeito jurídico e se transforma em uma mera existência, uma “vida nua”, tal e como nos campos (de concentração e de extermínio) o demonstram. Ali, onde houvera existência política, haveria agora vida nua, que não seria senão a tradução moderna de *homo sacer*.

E por isso que essa figura metaforiza a lei e a política moderna. É por isso, também, que o paradigma da modernidade é o campo (de concentração ou de extermínio) e não a cidade. A experimentação médica atual (manipulação genética, etc) seria a manifestação da mesma biopolítica dos campos (de concentração e de extermínio) nazistas, por outras vias.

Sim, o pensamento de Agamben é profundamente pessimista. Mas não é sentimental: Agamben não se limita a lamentar a existência da figura mais insuportável do século XX – os campos – como outros “pensadores”. É necessário, nos diz Agamben, pensar as causas e mutações desse espaço fundante da lei moderna. A mera condenação da barbárie e da carnificina é somente uma forma de hipostasiar o mal como conceito aistórico e, portanto, de perpetuá-lo. É preciso construir uma teoria política sobre o campo, porque esse espaço é o que limita nossa experiência do presente.

Se para Agamben, há um “fim da experiência” e um “fim do pensamento” – ***El fin del pensamiento*** não é só o título de um livro de Agamben, mas também o de uma performance de contra baixo e dança idealizada a partir de seu livro, por Stefano Scodanibbio y Hervé Diasnas<sup>6</sup> – de modo algum se pode falar em um “fim da história”. A história, naturalmente,

<sup>5</sup> .- Título original: ***Quel che resta di Auschwitz***, publicado em 1998. Uma nova tradução francesa acaba de ser publicada: Paris: Éditions Payot & Rivages, 2003. Não existe uma tradução brasileira deste livro. Além dos livros citados, Giorgio Agamben também é autor do livro ***Il tempo che resta. Un commento alla Lettera ai Romani*** (O tempo que sobra. Um comentário à Carta aos Romanos), Torino: Bollati Boringhieri, 2000. Na primeira página do livro, Agamben escreve: “Este livro se propõe, antes de tudo, recolocar as Cartas de Paulo no lugar de texto messiânico fundamental do Ocidente”.

<sup>6</sup> Respectivamente contra baixista e compositor italiano e bailarino e coreógrafo francês.

continua, para fazer de nós internos do campo ou refugiados políticos. O que resta de Auschwitz é, clara e simplesmente, nosso presente.

## UM ENCONTRO COM GIORGIO AGAMBEN

*Encontramos Giorgio Agamben depois de ter visto, em Trieste, o que são, na realidade, os chamados eufemisticamente “centros de permanência temporária”. O cenário do Centro de Trieste é paradigmático: o Campo se encontra no interior de Puerto Viejo, em uma zona franca, em uma área alheia à aduana e, ademais, semi-abandonada. Ali se encontram recolhidos, em um local cercado por arames farpados, barreiras, grades, em condições inaceitáveis inclusive do ponto de vista material, mais de trinta imigrantes surpreendidos sem o visto de estadia. Em si mesmo, o número é pequeno, mas há outros centros similares nesta zona onde a afluência dos chamados “clandestinos” é muito maior. Entrevistamos Giorgio Agamben convencidos de que unicamente as categorias que ele desenvolveu a fundo em **Homo Sacer** e **O que resta de Auschwitz** nos permitem entender o que está ocorrendo no “espaço de exceção” constituído por esses centros.*

Disse Agamben:

*A questão nominal não me interessa, mas sim qual é a estrutura jurídica desses lugares. Os nomes não têm nenhuma importância: recordemos que o Instituto que regulava os ‘Lager’ [campos] nazis se chamavam de “Schutzhaft”, ou seja “custódia sob proteção”. É necessário perguntar-se se existem “campos” hoje na Europa. Além disso, o que é importantíssimo, é preciso indagar sobre as condições materiais. Estes lugares foram pensados como “espaços de exceção” desde o início. São zonas pensadas como zonas de exceção em um sentido técnico, como eram zonas de suspensão absoluta da lei os campos de concentração, onde – como disse Hannah Arendt – “tudo era possível, justamente porque a lei estava suspensa”.*

**Daniel Link** – Você tem insistido no caráter nada marginal, mas fundante da “cerimônia de despojamento da cidadania” que se cumpria antes da internação no campo. Nessa passagem do *status* de cidadão de, digamos, Mali, Marrocos, Albânia ou Turquia ao *status* “expulso”, reencontramos os traços daquela macabra cerimônia...

**Giorgio Agamben** – É como se tratasse de assinalar uma série de falhas que definem o progressivo despojamento do estatuto jurídico de um sujeito, como no caso dos judeus da Alemanha nazista. As leis de Nuremberg começaram criando cidadãos de segunda classe: os de “origem não-ariana”. Logo, havia uma nova brecha que distinguia entre *Voljuden* [judeus puros] y *Mischlinge* [mestiços], e finalmente uma última adaptação que os transformava em “internos”. Examinando o artigo 14 do “Texto único” (da Lei de Imigração Italiana), me chamou a atenção o fato de que as pessoas retidas fossem aquelas que já haviam sido objeto de uma ordem de expulsão, que não pôde ser levada adiante. Se os sujeitos foram expulsos, não são, por assim dizer, existentes para o Estado, do ponto de vista jurídico. A situação de exceção que se cria é que as pessoas detidas nestes centros não estão dotadas de qualquer estatuto jurídico. É como se sua existência física houvesse sido separada de seu estatuto jurídico.

**Daniel Link** – Há outro elemento concreto: é gente carente de documentos, que – para assegurar um eventual reingresso na Itália – declara dados falsos, inclusive uma falsa nacionalidade de origem. Também isso provoca, frente ao aparato de disciplinamento, que apareçam como privados da aura de cidadania...

**Giorgio Agamben** – Não é por acaso que no texto da lei não se fale nunca de “cidadão estrangeiro”. Recorre-se sempre a fórmulas vagas, do tipo “a pessoa retida”. Já desde o princípio se trata de pessoas cuja identificação, de acordo com o princípio de nacionalidade-cidadania, não pode funcionar. E isso é tão verdade que, através da expulsão, posteriormente são despojados de todo o estatuto jurídico e retidos nesses lugares. É desse ponto de vista que se pode dizer, creio, medindo os termos, que se trata de verdadeiros “campos”. Se o campo é o lugar onde, como espaço de exceção, não residem sujeitos jurídicos, senão meras existências, neste caso estamos na presença de um “campo”, já que, nos trinta dias em que estas pessoas retidas se encontram nos “Centros”, permanecem ali como “vidas nuas”, privadas de todo o estatuto jurídico. Creio que isso é o mais grave, nunca lugares desse tipo deveriam ser criados.

**Daniel Link** – Com a abertura desses centros, estamos assistindo a um salto qualitativo nas políticas de cidadania dos países da União Européia. Até agora havia se insistido em uma política, condenável em si mesma, que criava, em círculos concêntricos, estatutos diferenciados. Aqui, em troca, encontramos a afirmação plena da exclusão da cidadania.

**Giorgio Agamben** – Também deveríamos perguntar quem é o expulso, se é verdade que não é mais o cidadão estrangeiro senão algo completamente cindido do conceito de cidadania. Quem é o “estrangeiro sem nome”, nem sequer nomeado pela lei, que durante trinta dias vive em um espaço de vazio jurídico total? Deveríamos vê-lo como figura do problema último da cidadania.

**Daniel Link** – Para usar suas palavras, ela ou ele são “vida nua perante o poder soberano”. Mas com quais conseqüências, inclusive para nós que cremos viver protegidos pela nossa condição de cidadãos titulares de direitos? A partir da radicalidade desta condição, podemos chegar a pensar e a atuar de outra maneira?

**Giorgio Agamben** – Devemos colocar duas questões. Por um lado, temos a privação de todo o estatuto jurídico que coloca o problema de sua tutela, de sua defesa. Por outro lado, são justamente essas figuras extremas as que desnudam aquilo que está detrás da figura do cidadão: por isso, poderiam transformar-se no núcleo de uma reflexão encaminhada sob outro enfoque, de modo a superar os atuais conceitos de cidadania e nacionalidade.

**Daniel Link** – Atualmente, a criação de lugares desse tipo não pode senão nos fazer pensar na persistência dos campos de concentração, esparsos por todo o território europeu. Nunca deveriam ser criados lugares onde a “vida nua” seja reclusa e mantida como tal, ainda que somente durante trinta dias. Os expulsos estão ali, mas estão em outro lugar: não no território do Estado italiano, mas nesse limite, formalmente expulsos, esperando que se efetivem as condições práticas de seu afastamento.

**Giorgio Agamben** – Vê-se claramente a dificuldade para encontrar um nome para as pessoas que vivem nesses centros. A figura do “expulso retido” é ainda mais paradoxal que a dos “internos” nos campos nazistas: eles estavam privados de tudo, já não eram mais cidadãos, eram quase não-homens, não eram nada e portanto eram elimináveis. Estes, em troca, são “expulsados”. Não estão, mas são retidos. Torna-se necessário aplicar-lhes uma figura lógica.

**Daniel Link** – Provavelmente porque em nosso tempo a estrutura jurídica do “campo” deve confrontar-se mais com a mobilidade do que com a moradia fixa. É sobre essa singularidade

em movimento que se deve intervir. Não se deve analisar o poder imediatamente em termos de extermínio, mas em termos de controle dos fluxos. O poder soberano regula mais os fluxos do que exercita o direito de vida e morte sobre as existências estáticas.

**Giorgio Agamben** – Não se trata simplesmente da regulação dos fluxos. Existirá sempre, nessa regulação, a instância em que a estrutura deve aparecer como aquilo que é. O momento do bloqueio desvela a estrutura: como poder, eu estou regulando a vida nua e em consequência o fluxo biopolítico fundamental. É curioso ver como, nessa intervenção do poder na regulação dos fluxos, a existência desses “Centros” faz aparecer a essência biopolítica do controle desses fluxos.

**Daniel Link** – A biopolítica tem um rosto sinistro, outra cara, que é a sua verdade. Esses “centros” poderiam, inclusive, transformar-se em uma espécie de enclave que registra a crise da cidadania.

**Giorgio Agamben** – Ou no conflito que rompe a exclusão: a “exclusividade” desse espaço pode determinar sua transformação total. Com efeito, essas pessoas têm conseguido retomar a palavra, narrando os episódios de arbitrariedade que sofrem cotidianamente, graças a um fato ligado ao conflito: o fato de que as *tute bianche* [expressão que designa movimentos de desobediência civil] – cidadãos deste país que põem em risco sua integridade física, transformando seus corpos em “escudos humanos” – tenham rompido a barreira que delimitava o caráter de excepcionalidade desses lugares, sua separação de nossas cidades. Nesse conflito, na ruptura desse confinamento, reside a possibilidade que têm esses sujeitos de voltar a falar.

**Daniel Link** – Você declara que a palavra desses indivíduos pode nos dizer algo importante. Não se trata tão somente da tutela jurídica, visto que foram criadas tais existências, o fato de elas reencontrarem as palavras, de poderem falar, é muito importante.

**Giorgio Agamben** – Sim, porque as interrogações radicais também são dirigidas a nós. Quando digo “nós”, quero dizer brancos, ocidentais, cidadãos da União Européia, titulares de direitos. Eles questionam nosso estatuto radicalmente, porque o põe em questão, desnudam a fissura... O que eles dizem? O que eles contam?

**Daniel Link** – Contam-nos coisas que não relataram em uma visita de funcionários públicos e de políticos locais acompanhados pela polícia. O mais arrepiante não foram os sinais dos golpes recebidos que esses “expulsos retidos” mostravam nos rostos, mas a intervenção de um médico da polícia que indagava “qual a necessidade existente de uma intervenção da estrutura hospitalar externa, se disso nós mesmos nos encarregamos”. O mesmo raciocínio dos médicos dos campos de extermínio.

## UMA CONTRIBUIÇÃO SUBSTANTIVA PARA O EQUACIONAMENTO DO PÓS-MODERNO

*Raúl Antelo escreveu a apresentação do livro **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**, publicado, em 2002, pela UFMG. Argentino radicado no Brasil, é doutor em Literatura Brasileira pela USP e professor na Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do CNPq, foi professor visitante nas Universidades de Yale, Duke, Texas at Austin e Leiden e presidente da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). É autor de vários livros, dentre eles, **Literatura em Revista** (São Paulo: Ática, 1984); **Na ilha de***

**Marapatá** (*Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1981*); **João do Rio: o dândi e a especulação** (*Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1989*); **Parque de diversões Anibal Machado** (*Belo Horizonte: Editora UFMG, 1994*); **Algaravía. Discursos de nação** (*Florianópolis: Editora da UFSC, 1998*) e **Transgressão & Modernidade** (*Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001*). Editou **A alma encantadora das ruas de João do Rio** (*Companhia das Letras, 1997*); **Ronda das Américas de Jorge Amado** (*Oficina da palavra, 2001*); **Antonio Candido y los estudios latinoamericanos** (*Pittsburgh, Instituto Internacional de Literatura Ibero-americana, 2001*) e a **Obra Completa de Oliverio Girondo** para a coleção *Archives da Unesco* (1999), em que também contribuiu nas edições críticas de Mário de Andrade, Henriquez Ureña e Joana Manso. Colabora regularmente nos suplementos culturais dos jornais argentinos **Clarín** e **Página/12**. A entrevista foi concedida por e-mail.

**IHU On-Line - Agamben, como o Sr. escreveu, define o povo como uma cisão biopolítica incontornável no mundo contemporâneo. O Sr., que, de certa forma, é um migrante, acha que os conceitos derivados de “homo sacer” se aplicam à realidade latino-americana? O despojamento da cidadania por ele definido atinge também os povos excluídos da América Latina?**

**Raúl Antelo** - Não gostaria de confundir o *homo sacer* com alguma categoria socioétnica pré-determinada, porque isso equivaleria a essencializar a questão. O que me parece revolucionário, no pensamento de Agamben, é abandonar o dualismo metafísico em nome de uma imanência absoluta. Agamben é um filósofo duro da pós-modernidade. Por *duro* quero dizer contrário à definição da pós-modernidade como *pensiero debole*. Sem se referir, explicitamente, ao pós-moderno, Agamben está constantemente discutindo a exaustão do modelo estrutural, de tal modo, diríamos, que sua obra funciona, a rigor, como uma contribuição substantiva para esse equacionamento do *pós-moderno*.

Um caso ilustrativo é o conceito de *imanência*, que Agamben retira de Deleuze, e que lhe serve, em última análise, para pontuar uma genealogia da *beatitudo* absoluta: Spinoza, Nietzsche, Foucault, Deleuze. Outro tanto se poderia dizer de *multitudo*, o conceito de Negri & Hardt, referido àquela subjetividade que *comes after the subject*, parodiando o famoso livro de Eduardo Cadava, Peter Connor e Jean-Luc Nancy.

Creio que o Agamben "latino-americano" reside neste ponto: ele nos ajuda a ler um texto como *Os sertões*, vendo nele um marco da modernidade marginal. Há nele a ruptura imanente com os modelos biopolíticos do liberalismo, que se pressupõem no silêncio com que Euclides encobre o Real por meio de um semblante republicano, a discursividade da ciência. Com efeito, depois de páginas e mais páginas, o livro que (entre nós, e concomitantemente aos primeiros campos de trabalho forçado construídos, em Cuba, pela Espanha tardo-colonial) abre o tempo da inclusão excludente, encerra-se com uma declaração de impotência (precisamos de um Maudsley, de um psiquiatra das multidões para explicar esta loucura) que, na verdade, inaugura a potência de armar outros percursos para entender a especificidade da modernidade marginal. O aspecto biopolítico, em Agamben, não é inerte. É criativo. Ele está atravessado por um movimento libertário que resgata o seu antagonismo interno. Diz Toni Negri que, assim, o pós-moderno mostra-se ontologicamente duro e criativo. Concordo. Mas eu creio, justamente, que é essa aliança entre arqueologia e filologia, a promover a genealogia do biopolítico, que supera a dialética, porque o biopolítico é então desconstruído e atravessado por sua própria lógica.

A problemática biopolítica, em Agamben, não é mais observada de fora, como realidade independente a ser estudada fenomenologicamente. Ela é abordada por uma crítica que reconhece a impossibilidade de homologia dialética entre opostos, o que veda qualquer hegelianismo romântico, qualquer saudosismo de esquerda esclarecida.

Um dos exemplos da força revolucionária desse pensamento é ver de que modo a imanência (a ambigüidade da linguagem) com que opera Agamben, tem renovado as teorias a respeito do



social. Um claro exemplo nos é fornecido por Ernesto Laclau. Em seu último livro, *The populist reason*, partindo da hipótese de que o populismo consiste em postular uma alternativa radical no seio do espaço comunitário, uma opção quanto ao futuro da sociedade, Laclau conclui que o populismo tornou-se sinônimo da própria política, porque o populismo pressupõe questionar a ordem institucional, através da construção dos subalternos como agentes históricos, isto é, como agentes que colocam algo radicalmente *outro* quanto à forma em que as coisas estão instituídas; mas essa, em última análise, nos diz Laclau, é uma definição pura e simples da política.

O curioso é que Laclau, que vem de Gramsci, chega a essas conclusões a partir de uma análise lingüística imanente. Em *Populismo, o que existe num substantivo?*, ensaio estampado pela revista *Margens/Márgenes* (Belo Horizonte-Mar del Plata, nº 3, jul. 2003) Laclau aponta que o conceito de exigência (*demand*), a partir do qual se estrutura a teoria da ação política moderna, é ambíguo em inglês. Conseqüentemente, é ambígua a teoria construída a partir dele. Exigência significa pedido (*request*), mas também o sentimento mais ativo de impor (*imposing*) um pedido, uma reivindicação. É o fato de, em línguas como o espanhol ou o português, a *reivindicación*/reivindicação estar separada, dissociada, do pedido, que dá origem, sintomaticamente, à dimensão populista da política.

Na perspectiva "saxônica", instaura-se uma lógica da diferença que opera conforme um modelo imanente, institucionalizado e diferencial. Na "latina", porém, opera-se conforme uma cadeia equivalencial em que o valor que se troca constantemente é o Líder e, em última análise, um Nome. A rigor, ambas as lógicas são momentos abstratos de um mesmo contínuo social, cujos dois extremos seriam o discurso institucionalista, que domina a lógica pura da diferença, e um outro, o populista, em que a lógica da equivalência opera sem maior oposição. Se, de acordo com essa análise de Laclau, as condições de possibilidade do político e as condições de possibilidade do populismo são as mesmas (porque ambos pressupõem a divisão social; em ambos encontramos um sujeito ambíguo que é, de um lado, um setor da comunidade e, de outro, um agente que se apresenta, de modo antagônico, como a comunidade por inteiro) então, enquanto houver política (e enquanto houver sua conseqüência, o populismo), haverá divisão social. O corolário dessa análise é que "o povo" só pode constituir-se no campo das relações de representação. Mas essa, a seu modo, é a mesma conclusão de Agamben.

Com efeito, quando ele parte da ambigüidade do elemento *sacer* (apontada por Bataille e Caillois em suas primitivas análises sobre o cerimonial e a transgressão, a morte e o amor) para aludir à condição contemporânea como a dos *homines sacri*, Agamben diz que povo é aquilo que não pode ser incluído em um todo em que já está incluído, sob a forma de uma exclusão. Veja-se, portanto, que é a ambivalência discursiva (lingüística) do *homo sacer* o que define o estado de exceção e, em conseqüência, encerra as utopias integradoras da modernidade, configurando o grande desafio de abandonar a forma como norma, e a modernidade como normatividade.

### **IHU On-Line - Como se dá, na obra de Agamben, o enlace literatura-arte-filosofia-biopolítica?**

**Raúl Antelo** - Há um aspecto do método dele que não dispensa a memória cultural (nisso Agamben é profundamente italiano e filólogo). Sua análise da linguagem vira e mexe se depara com o limite, com a idéia da morte. Mas junto a esse aspecto do trabalho de análise cultural, o *memento mori*, e a partir dessa mesma análise lingüística, Agamben manobra e monta o horizonte biopolítico como potencialização do artifício. Até certo ponto, diríamos que o analista da linguagem lida com o consenso pós-moderno da imagem como substituto da palavra, ao passo que o analista político comporta-se, como diria Negri, tal como "um Warburg da ontologia

crítica”. Mas não há um lado médico e um lado monstro separados, dissociados. Cada aspecto do trabalho de Agamben remete ao outro e, quando menos se poderia cogitar, a sombra da morte estende-se contra o excedente de desejo (é essa sua discrepância com relação a Bataille), sendo que a recíproca também se verifica. Pense-se em um ensaio como *O fim do poema*. O que define o valor "poema", para Agamben, é seu extremo, seu acabar-não-acabando, seu corte, que é também, paradoxalmente, o seu retorno. É uma definição da estética como esfera da sensibilidade, o que remete ao corpo e à *polis*.

### **IHU On-Line - O Sr. poderia comentar a “indecibilidade” examinada pelo filósofo?**

**Raúl Antelo** - A indecibilidade é uma condição da própria democracia a ser construída (esse aspecto futuro, potencial, aproxima Agamben de Derrida). Ela exige, de um lado, a coragem inaudita da decisão, um momento em que a escolha se impõe, um momento em que o homem age como se fosse deus, sabendo, porém, que ele não é deus. Esse *como se*, que é a base de toda ficção, marca a diferença entre um pensamento inovador (o pós-moderno *duro*) e o ultraconservadorismo contemporâneo (o pós-moderno *debole*). A indecibilidade estimula assim uma atitude pós-épica, já que o grande desafio ocidental, hoje em dia, é adotar uma posição pós-heróica. Sob essa lógica, o Ocidente deveria agir como quem já foi deus mas sente, na pele, e sabe que perdeu a onipotência.

## **O COPÉRNICO DO PENSAMENTO**

No dia 12 de outubro de 2003, o jornal **Folha de S. Paulo** publicou o artigo a seguir, no qual o filósofo Antonio Negri discute **Estado de Exceção, Homo Sacer, II, 1**, livro de Giorgio Agamben, lançado neste ano, na Itália<sup>7</sup>). Na obra, o autor propõe que a imanência pode ser realista e revolucionária. Antonio Negri, de visita no Brasil até o próximo dia 31 de outubro, é filósofo italiano, autor de, entre outros, **O Poder Constituinte** (Rio de Janeiro: DP&A, 2002), **Exílio** (São Paulo: Iluminuras, 2001) e **Império**<sup>8</sup> (Rio de Janeiro: Record, 2002), com Michael Hardt. Este texto foi originalmente publicado no jornal **II Manifesto**, 26-7-03, que tínhamos traduzido para publicar neste número. Quando vimos a tradução de Maurício Santana Dias, no jornal **Folha de S. Paulo**, optamos por esta que abaixo reproduzimos.

Mesmo sendo um leitor assíduo de Giorgio Agamben, até hoje só resenhei um livro dele, **A Linguagem e a Morte**, de 1982. Tratava-se de uma verdadeira introdução à filosofia, que propunha um método de análise que, nos anos seguintes, se tornaria característico do autor: construir criticamente no terreno do ser, escavando sobre a margem existencial e lingüística, o caminho da redenção. Uma redenção cem por cento imanente, que jamais esquece a condição mortal. Assim, trabalhar em filosofia significaria atravessar o ser com empenho ético, eliminando todo resíduo dialético (na época, tão difuso entre os epígonos do idealismo e do socialismo declinante) e produzir um conhecimento verdadeiro, politicamente orientado e eticamente qualificado, no sentido de uma possível redenção humana. À primeira vista, poderia parecer que Agamben se movia na mesma direção que Derrida e Nancy, debulhando um ponto do ser desejoso do outro, porém sempre ilusório. Mas não era assim. Quanto mais Agamben se aprofundava em sua análise fenomenológica do ser, mais trabalhava o possível, um novo horizonte, assim como Blanchot atravessava o mundo lingüístico em termos de ontologia crítica.

<sup>7</sup> - O livro já está traduzido para o francês: **État d'exception. Homo sacer, II, 1**, Paris: Éditions du Seuil, 2003. O livro não está traduzido para o português.

<sup>8</sup> Esta obra foi apresentada no evento **Abrindo o Livro**, dia 16 de abril de 2003, pelo coordenador do IHU, Prof. Dr. Inácio Neutzling.

É desse modo que Agamben se aproxima (e avizinha a descrição à realidade que descreve) do *general intellect*, ou seja, de uma idéia positiva do ser lingüístico comum, atravessado por lutas, processos de exploração e impulsos liberatórios. Mas como é possível estruturar o mundo que essa abordagem ontológica constitui? De que modo alguém como Agamben, que sempre teve a morte presente na descrição fenomenológica, consegue construir positivamente a idéia da redenção? Em torno desse projeto, o percurso teórico de Agamben apresentou rupturas cada vez mais evidentes. Talvez seja em **A Comunidade**, de 1990, que a ruptura se manifeste com mais força, quando a experiência da redenção se apresenta como distopia. Ela exigia que a fronteira da morte fosse atravessada pela tensão da vida e que o método introjetasse a máxima espinosista: "O homem sábio não pensa na morte, mas na vida". Com isso a idéia do biopolítico começava a surgir como potência central, certamente inquieta, talvez alternativa, de qualquer modo estruturalmente inovadora no pensamento de Agamben. Depois, em **Homo Sacer**, essa problemática de novo se apresenta em toda a sua complexidade e contraditoriedade. De fato, há dois Agamben. Há aquele que se detém sobre um fundo existencial, fatal e terrível, em que é forçado a um confronto contínuo com a idéia da morte; e há um outro que, por meio da imersão no trabalho filológico e na análise lingüística, conquista (coloca peças, manobra, constrói) o horizonte biopolítico. Nesta segunda situação, Agamben parece, às vezes, um Warburg da ontologia crítica. No entanto, é paradoxal que os dois Agamben estejam sempre juntos e, quando você menos espera, o primeiro reapareça e obscureça o segundo, e a sombra da morte se estenda lúgubre contra a vontade de viver, contra o excedente de desejo. Ou o contrário. Em **Estado de Exceção** temos a possibilidade de ler simultaneamente esses dois Agamben. Em primeiro lugar, Agamben reconhece e denuncia o fato de que o estado de exceção (um estado de morte) agora abrange toda estrutura de poder e esvazia de modo radical toda experiência e definição de democracia. É a condição imperial. E aqui se abre uma primeira linha de leitura: essa definição de estado de exceção se instaura num horizonte de ontologia indiferenciada, cínica ou pessimista, em que todo elemento é absorvido no jogo vazio de uma negatividade igual. O estado de exceção surge aqui como fundo indiferente que neutraliza e descolore os horizontes, reconduzindo-os a uma ontologia incapaz de produzir sentido, a não ser em termos destrutivos. Esse ser é totalmente improdutivo. Esse ser se confunde com o direito (ou com a sua ausência) ali onde apenas o direito poderia ser chamado a conferir um sentido ao real. Assiste-se, pois, a uma sobrevalorização do direito e a uma desvalorização da ontologia: a realidade não produz sentido.

## Paradoxo

Nesse ponto, é evidente que não há diferença entre estado de exceção e poder constituinte, porque ambos vivem no mesmo nível de indistinção. Nesse Agamben, a definição do biopolítico se apresenta como indiferente ao antagonismo: inútil argumentar que o direito de exceção anula o ser, já que, ao contrário, é a resistência e o poder constituinte que o criam. Não. Aqui, tudo o que ocorre no "bios" se dobra à indistinção da natureza, ao "zoe"... De fato, não é difícil ver em ação aquela deriva que obriga toda concepção unilateral do "bios" a uma redução naturalista.

O efeito dessa primeira parte da análise é paradoxal: é como se tudo o que ocorre no mundo, hoje, estivesse fixado em um horizonte totalitário e estático, como "sob o nazismo". Mas as coisas não são bem assim: se vivemos em um estado de exceção, é porque vivemos uma "guerra civil", feroz e permanente, em que o positivo e o negativo se confrontam – e, em nenhum caso, a sua potência antagonista deve dissolver-se na indiferença. Mas Agamben não pára por aqui. **Estado de Exceção** nos apresenta uma segunda perspectiva, mais original, mais poderosa: trata-se de uma linha espinosista e deleuziana. Aqui, nesse segundo terreno, a

análise não sobrevoa um biopolítico inerte, mas o atravessa com uma fervorosa ânsia utópica, colhendo o seu antagonismo interno. A arma filológica que Agamben utiliza com tanta destreza se torna, nesse ponto, diante da complexidade de que é investida, quase incerta, em todo caso tateante; as descobertas emergem como surpresas, mas são autênticas descobertas, inovações conceituais e lingüísticas.

O pós-moderno mostra-se, aqui, ontologicamente duro e criativo. E é nesse núcleo que a arqueologia e a filologia são sucedidas pela genealogia do biopolítico. De fato o dispositivo utópico não se contrapõe sincronicamente ao horizonte ontológico, mas irrompe, penetra e aprofunda diacronicamente as instituições e o desenvolvimento jurídico. Aqui a dialética é realmente superada, porque o biopolítico é desconstruído e atravessado por dentro.

A essa altura, o biopolítico em Agamben não é mais observado do exterior, como se fosse uma realidade independente a ser estudada e reconhecida - um fruto a ser colhido. O hegelianismo foi aqui definitivamente ultrapassado por uma crítica que reconhece a impossibilidade da homologia dialética dos opostos. E com ele foi superada qualquer nostalgia da esquerda hegeliana. O próprio Benjamin, que, no entanto viveu e propôs essa série de imbróglis problemáticos e de dolorosas reminiscências dialéticas, foi ultrapassado. Com um gesto formidável, Agamben vai além, conceitual e eticamente, do estado de exceção, atravessando-o; assim como o cristianismo primitivo e o comunismo das origens atravessaram o poder ou a exploração, destruindo-os, porque lograram esvaziá-los. Nesse segundo cenário, a análise de Agamben mostra como a imanência pode ser realista e revolucionária.

Este é um livro cansativo em seu desenvolvimento e em seus dualismos, mas extraordinário na realização. Esclarece um ponto em torno do qual a filosofia pós-estruturalista e pós-moderna havia até aqui girado no vazio, fazendo, a contrapelo do horizonte biopolítico, uma experiência verificável e percorrível. Uma experiência copernicana.

## A NOVA ROUPA DO CIDADÃO

*Jochen Baumann publicou o artigo a seguir no jornal alemão **Jungle World**, na edição de 17 a 24 de julho de 2002. Ele argumenta que Giorgio Agamben desconta os direitos humanos e deixa despido o **homo sacer**. A tradução é dos colegas do CEPAT – Curitiba, aos quais agradecemos.*

Em tempos recentes, os paradoxos estão sendo um superlativo total na filosofia. Quantas coisas são declaradas como paradoxalmente idênticas: vida e morte, dominação e submissão, justiça e injustiça, perpetrador e vítima, engajamento e indiferença – obviamente sob uma perspectiva puramente estrutural! Um pensamento tão paradoxal pode ajudar a encontrar novas percepções sobre as estruturas sociais e gerar uma insegurança produtiva. No entanto, também pode acabar em uma confusão sem limites e, assim, direcionar para um nirvana social e político. Nessa entonação, lê-se como um êxtase o prefácio da obra de Giorgio Agamben **Homo sacer. Die souveräne Macht und das nackte Leben** [Homo sacer. O poder soberano e a vida desnuda]. Finalmente aparece alguém que, de fato, pretende se debruçar sobre o conceito agourento e cintilante da vida, como é usado pela crítica à biopolítica; finalmente alguém que, ao lado da “positividade dos discursos” e dos micropoderes subjetivadores, também se dá conta da objetividade e negatividade do poder e da dominação estatais como premissa daqueles; e finalmente alguém que não busca, em antigas práticas do indivíduo, uma perspectiva possível para a crítica das práticas modernas de poder e dominação, mas que visa, em uma análise e crítica “dos limites da estrutura originária da natureza estatal”, solucionar a insuficiência da crítica anarquista e marxista ao Estado. Porque essa crítica do Estado na prática resultou no fato de ela se identificar com o adversário.

O filósofo do direito Giorgio Agamben pretende verificar, com base nas teses biopolíticas do Michel Foucault tardio, a concepção não-jurídico-institucional do biopoder e completá-la de certa forma, confrontando-a com o cerne do poder soberano – o poder sobre vida e morte. O biopoder é examinado e ampliado com fenômenos como o campo de concentração, o fugitivo, o complexo técnico-médico, mais precisamente: com o direito sobre eles, gerado pelo Estado. O próprio Foucault não teria mais conseguido elaborar adiante essa concepção, depois que colocou preliminarmente de lado os aspectos e as premissas jurídico-institucionais de suas análises do discurso do biopoder moderno. Agamben reivindica, portanto, ter escrito o livro que o próprio Foucault deveria ter escrito, se não se tivesse, por fim, desviado da crítica da biopolítica e se devotado às questões da natureza estatal e da soberania sob o aspecto predominantemente subjetivo da “*governamentalidade*”.

A obra ***Homo sacer*** argumenta rigorosamente nos moldes da filosofia do direito e coloca no centro da reflexão a macropolítica e a pergunta pela soberania. Em uma discussão brilhante da teoria da soberania de Carl Schmitt e em um amálgama de inspiração mitológica da antiga figura jurídica do *homo sacer* com a doutrina do direito natural de Thomas Hobbes e sua inscrição no contrato social, são desenvolvidas as teses centrais. Nessas teses, Agamben parte da diferenciação aristotélica entre *zoé*, a vida desnuda como tal, *bíos*, a vida político-social, e *zên*, o viver em geral, e *cú zên*, a forma de vida própria do ser humano. Na politização da vida desnuda como tal, ele reconhece o acontecimento decisivo da Idade Moderna, a saber, a “transformação radical das categorias político-filosóficas clássicas”. Quando a soberania produz o corpo biopolítico da população, a vida desnuda por um lado se torna o fundamento da política ocidental.

#### **Em contrapartida a vida desnuda, porém, é excluída da política.**

Por vida desnuda Agamben entende “a vida do *homo sacer*, que pode ser morto, mas não sacrificado”; o *homo sacer*, essa “figura obscura do arcaico direito romano”, torna-se o alicerce de sua estrutura de pensamento. Em termos genealógicos, ele elabora como essa vida desnuda, “originalmente situada à margem da ordem, no mesmo compasso com o processo pelo qual a exceção se torna regra em todos os lugares, coincide cada vez mais com o espaço político, e como, nessa trajetória, exclusão e inclusão, fora e dentro, *zoé* e *bíos*, direito e fato, chegam a uma zona de distinguibilidade irreduzível”.

Porque o soberano define uma lei, sem pessoalmente estar sujeito a ela. Conforme Agamben ele se encontra, de forma quase igual a Deus, fora da norma e, não obstante, está ligado à norma pela “exclusão inclusiva”. Direito e violência, condição da natureza e sociabilidade, regra e exceção convergem na mesma coisa. A sociedade e sua política rendem uma espécie de estado de exceção permanente.

A soberania e, com ela, o estado de exceção como regra, bem como a politização da vida desnuda, coincidem na biopolítica dos Estados modernos. Diferente de Foucault, Agamben opina que, na moderna política, não está mais em jogo a vida do ser humano como ser vivo, mas a “vida desnuda do cidadão”, o novo corpo biopolítico da humanidade”. Vida e política – originalmente separados – tornam-se idênticos, toda a vida dessa maneira se torna sagrada e toda a política se torna exceção. A política torna-se necessariamente biopolítica, ela é como tal totalitária e produz constantemente a “vida desnuda”, embora esteja reivindicando exatamente o contrário. O “acampamento torna-se o paradigma biopolítico da modernidade”. Ao invés de potenciar a vida, como em Foucault, o alvo da biopolítica moderna é a produção, respectivamente o aniquilamento do outro, do excluído. É assim que poderíamos sintetizar Agamben.

O mais tardar nesse ponto, porém, começam os problemas, que apontam para as operações cheias de truques que Agamben realiza. Produção e aniquilamento da vida desnuda – será que isso de fato é a mesma coisa? Ou seja, será que o acampamento de trabalho e o de aniquilamento são idênticos? Estruturalmente – acredita Agamben – o direito soberano produz mortos vivos; as vítimas de Auschwitz, o paciente em coma e o presidiário confinado possuem agora a mesma condição, porque a privação de direitos é seguida pela existência política à vida desnuda, com a qual a soberania pode lidar arbitrariamente. Pois, conforme Agamben, soberano não é apenas quem decide sobre o estado de exceção, “soberano é quem pode matar sem cometer um assassinato”. O estado de exceção se torna regra. Definido originalmente com vistas à guerra, o estado de exceção é formulado por Agamben de tal modo que ele em si possui condições de produzir o corpo dos excluídos. Com isso os excluídos e os condenados à morte se tornam idênticos.

Enquanto em Foucault o moderno biopoder ainda era definido pelo fato de que ele “faz viver e deixa morrer” – enquanto o antigo poder soberano fazia morrer e deixava viver, Agamben reduz isso a um poder que aleatoriamente cria vida “desnuda” ou a mata. Essa, no entanto, também já era a capacidade do Estado antigo, feudal ou burguês, a saber, sem precisar apelar especialmente para o estado de emergência.

Portanto, nada de novo desde a Antiguidade? Apesar do impressionante empenho teórico evidenciado por Agamben com sua análise, o resultado é, em última análise, decepcionante. No final, a metáfora do *homo sacer* se encontra tão solitária e abandonada diante do poder como foi introduzida no começo da análise. Um *homo sacer* desses somente pode ser salvo por uma divindade; por meio de ações políticas sua situação já não pode ser mudada. Essa estrutura apocalíptica também resulta porque Agamben, numa mania pós-pós-estruturalista, dilata cada um de seus conceitos a ponto de abrangerem no final também o exato contrário de seu significado original. Contudo a desconstrução funciona de outra maneira, e a crítica da sociedade também.

Agamben tem sucesso em sua composição apocalíptica unicamente porque ele amarra no conceito do *homo sacer* coisas histórica e socialmente opostas: o significado oriundo de tempos arcaicos, de um eremita entendido como santo, e o significado proveniente da época clássica, de um excluído, banido, que pode ser condenado à morte e, em decorrência, morto sem conseqüências para o perpetrador. Enquanto originalmente o *homo sacer* estava fora do alcance do poder, sendo, assim, de certa maneira santo, porque dono de si, no direito romano ele é submetido à dominação; já não é o santo, e sim o fora-da-lei que pode ser livremente caçado.

Com esse tipo de conceitos cintilantes e operações estruturais sugestivas, Agamben chega rapidamente da Antiguidade até o tempo presente, acabando no tópico do campo de concentração. Como “direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades”, em sua citação de Foucault, hoje seria a vida desnuda o fundamento da sociedade moderna e dos direitos humanos no Estado nacional. Nesse ponto, Agamben ignora magnanimamente que a busca de felicidade, a inviolabilidade do corpo, a saúde e a satisfação das necessidades constituem o exato oposto do conteúdo sócio-histórico de seu *homo sacer*, porque isso justamente não é vida desnuda, e sim vida qualificada.

Apesar desses déficits Agamben apresenta, com a análise da posição do fugitivo em um mundo de Estados nacionais em declínio, os quais foram os primeiros a produzir direitos de cidadania e direitos humanos, uma proposta útil para refletirmos sobre o sistemático desmonte desses direitos. No entanto ele omite generosamente que a erosão dos Estados nacionais anda de mãos dadas justamente com uma perda de soberania – e que precisamente por isso eles não

podem mais ignorar, como no tempo do nazismo, pessoas ameaçadas. Salvar a vida desnuda dessas pessoas não é nenhuma desvalorização totalitária da vida, mas significa o exato oposto.

## UMA SOCIEDADE EM ‘ESTADO DE SÍTIO’?

Reproduzimos o artigo de Mark Terkessidis, publicado no diário **Freitag. Die Ost-West-Wochenzeitung**, em 10 de maio de 2002. No artigo, Terkessidis pergunta, de modo provocativo, o que Giorgio Agamben e Robert Steinhäuser (jovem estudante alemão, que, em 2002, irrompe numa escola em Erfurt e chacina quem encontra pela frente) têm em comum. Da autoria de Mark Terkessidis e de Tom Holert é o livro **Entsichert. Krieg als Massenkultur im 21. Jahrhundert**: [De arma em punho. A Guerra como Cultura de Massas no século 21]. Os subtítulos e a tradução são dos nossos colegas do CEPAT, de Curitiba, aos quais agradecemos.

### A vida é bela: a relação com o passado e a atualidade

Quando, há cerca de três anos, o cômico italiano Roberto Benigni lançou o filme *A vida é bela*, os críticos se perguntaram: “É correto rir sobre a vida no campo de concentração?” Na discussão, estava em jogo, como sempre, nossa relação com o passado. Ninguém mencionou que o filme também pode ter algo a ver com nossa atualidade. Em sua estréia como diretor, o próprio Benigni protagonizou o semijudeu Guido, que é arrastado com o filho ao campo de concentração. A fim de poupar o pequeno do sofrimento, Guido simula que o acampamento é uma espécie de parque de diversões – uma grande brincadeira. Talvez o leitor se pergunte o que isso tem em comum com nossa vida. Pois bem, havia uma série de indícios. A primeira pista levou a um anúncio. Por volta da época do lançamento do filme *A vida é bela* foi feita propaganda do carro popular Smart na Alemanha com os seguintes dizeres: “A primeira cela de alta segurança turbinada”.

A segunda pista se materializou na cidade velha de Colônia. Pouco antes do início das exposições, havia acontecido ali, em nome da segurança da população sequiosa de compras, uma medida policial de despejo. Tratava-se de uma medida de política populacional que visava a produzir determinada imagem da cidade: sem os sem-teto e drogados, o centro de Colônia nitidamente dava mais a impressão de um permanente desfile de amor – como o sonho aquoso dos políticos e autores de tablóides que representam o “novo centro” individualizado. Ainda o terceiro indício levou ao subúrbio de Colônia. Depois que *A vida é bela* já havia desocupado os cinemas, uma série de jovens se deixou aprisionar ali num contêiner de moradia. Na série *Big Brother* foi mostrado que pessoas internadas e depois forçadas a tarefas totalmente estúpidas conseguiam, apesar disso, ficar de ótimo humor. Todos os três casos mencionados explicitam que, na sociedade atual, já não se excluem determinadas formas de internação (por blindagem, expulsão, aprisionamento) de um lado e a exibição de divertimentos de outro – ao contrário: condicionam-se praticamente. É precisamente disso que trata *A vida é bela*: que nos encontramos no interior de um campo sitiado e encenamos a um espectador que tudo é uma enorme diversão.

### Os ‘acampamentos’ da sociedade moderna – as *gated communities*

Nos últimos anos, o filósofo italiano Giorgio Agamben foi quem escreveu que o ‘acampamento’ passou das margens para o centro da sociedade. Sua obra principal **Homo Sacer** foi recentemente publicada também em alemão. Nela Agamben afirma que, em face da multiplicação de acampamentos em todo o mundo – as “*gated communities*” [comunidades com porteira], os presídios de descarte, as zonas de internamento para fugitivos em aeroportos ou

os campos de prisioneiros na guerra civil da Bósnia-Herzegovina – o acampamento entretanto se desenvolveu como “nova lei biopolítica do planeta”. Ele explica que isso não acontece por acaso, porque o acampamento já está implícito no moderno princípio da soberania estatal. O soberano aparece como personagem paradoxal, porque, por um lado, ele concretiza a lei, a norma, e por outro, ele tem o direito de decretar o estado de sítio. Nessa situação, o ponto de referência de seu domínio é de forma muito direta cada indivíduo da respectiva comunidade. No entanto, esse indivíduo é despido, diante do soberano, de todas as suas qualidades concretas – passando a ser, como Agamben o designa, segundo uma imagem obscura do direito romano, “*homo sacer*”, vida nua. Essa vida nua – o verdadeiro sujeito político da Modernidade – também se revela como personagem limítrofe no relacionamento com o soberano. Uma vez que, a qualquer momento, pode ser submetida ao estado de sítio, ela se encontra simultaneamente dentro e fora da ordem de direito. O acampamento, portanto, é o lugar do regime de exceção por excelência, onde a vida despida se expressa com toda a sua nudez. No acampamento, a soberania deixa às claras toda a sua verdade oculta. A multiplicação dos acampamentos a que estamos presenciando atualmente, de acordo com Agamben, se deve ao fato de que presentemente o estado de sítio está tendendo a se tornar regra. De forma análoga, aliás, argumentam também Michael Hardt e Toni Negri em o *Império*.

### **Caminhamos da normalidade aos regimes de exceção**

O livro de Agamben é tão complicado, quanto assistemático e ele acaba não dizendo absolutamente nada acerca de que condições concretas, afinal, teriam levado justamente agora a esse dramático deslocamento de norma e exceção. Seus pensamentos tampouco são novos, e muitos deles podem ser lidos em formato muito mais bem refletido, por exemplo, no brilhante e injustamente esquecido teórico político Nicos Poulantzas. Não obstante, Agamben está colocando o dedo numa ferida, e vale a pena pôr-se em movimento à luz de seus pensamentos, porque não pode haver dúvida de que as zonas de exceção do direito se multiplicam. Isso vale de um lado para os bem aquinhoados, que a si mesmos se enclausuram em *shopping centers*, condomínios fechados e jipes blindados. Aqui uma arquitetura cada vez mais isenta de lacunas, com portarias de câmaras eletrônicas, instalações de alarmes e segurança particular, atesta o estado de exceção. Por outro lado, no entanto, isso vale também para o extremo inferior da sociedade – o espectro varia desde acampamentos para fugitivos ciganos na Alemanha, nos quais atualmente até se pensa em construir escolas, passando pelos campos de refugiados palestinos que há muito se tornaram pequenas cidades, até as gaiolas para “lutadores ilegais” na base de Guantánamo. Com o *Big Brother*, o enclausuramento finalmente virou entretenimento. Ao desnudar no *Homo sacer* a correlação entre lei e exceção, Agamben aponta para a circunstância de que seria totalmente ingênuo acreditar que a silenciosa multiplicação dos acampamentos não teria nenhuma consequência para a “normalidade” de nossa vida.

### **A chacina de Erfurt**

De fato, essa normalidade já se encontra sob bombardeio constante, como novamente ficou evidenciado justamente agora na chacina de Robert Steinhäuser em Erfurt. Se levarmos adiante esse ponto, o pensamento de Agamben, o jovem faz parte de uma multidão crescente de indivíduos supostamente vanguardistas – os membros de quadrilhas, os fora-da-lei, os guerrilheiros étnicos e os homens-bomba – que alcançam um máximo de soberania pelo fato de colocar em risco sua vida nua. Tipos como Robert Steinhäuser tomam a lei nas próprias mãos, reclamando para si o direito de intervenção. No começo, responsabilizam determinado grupo de pessoas, sem aceção de cada uma, pela falta de perspectivas da sua própria situação. Com



sua “intervenção”, eles finalmente transformam os integrantes desse grupo em vida nua e a si próprios, por breve espaço de tempo, numa espécie de minissoberanos. Ao mesmo tempo, porém, essas intervenções também são sempre o que Gilles Deleuze e Félix Guattari chamaram certa vez de ato para a mídia: trata-se de ações que são encenadas para uma platéia.

### **A política da violência para solucionar conflitos**

Realmente se discutiu muito de onde Steinhäuser extraiu a legitimação para a sua matança. Foram os videogames? A música? As cenas de violência na televisão? O jogo eletrônico *Counterstrike* na verdade foi constantemente mencionado, porém ninguém reparou no conteúdo desse jogo – pois nele acontece o combate a terroristas. Isso não será digno de nota nos dias da onipresente “*war on terrorism*” [guerra ao terrorismo]? Ademais Steinhäuser havia respondido com arrogância à pergunta pelo que, afinal, gostaria de ser no futuro: político. Seria, portanto, possível subentender que Steinhäuser deriva seu direito à intervenção de uma política que ininterruptamente declara o estado de sítio? De uma política que considera a violência como um meio legítimo de solucionar conflitos, desprezando, nessa ação, conscientemente a lei? Tomemos como exemplo o Kosovo. Ali foi a OTAN que decretou o estado de exceção, arrogando-se o poder de uma intervenção policial que suspendeu o direito das nações. Ademais também se tratava de um ato para a mídia, porque os envolvidos obviamente prestaram muita atenção em que seus atos fossem mostrados perante as câmaras numa luz favorável. Já por ocasião da Guerra do Golfo, Giorgio Agamben havia notado que a consequência da “investidura do soberano como oficial de polícia” consiste em incriminar o adversário. “Hoje”, escrevia ele naquela época, “já não existe no mundo nenhum chefe de Estado que não seja, nesse sentido, um criminoso em potencial”. Na realidade, o político e o exterminador são duas figuras complementares num cenário, em que sujeitos impotentes visam a restabelecer sua soberania através de encenações na mídia de massas e através de intervenções de curto prazo.

### **A normalidade pode se tornar uma exceção**

Deveria estar claro que, dessa maneira, avança cada vez mais a destruição da normalidade e da norma em favor do regime de exceção. Vários comentaristas salientaram na televisão que nada voltará jamais à normalidade em Erfurt. Quase com prazer, a mídia participou da expansão do regime de exceção, porque, afinal, é do ramo dos acontecimentos. Enquanto em Erfurt a normalidade supostamente desapareceu para sempre, o Estado alemão reconquistou sua normalidade, uma vez que agora impôs seu direito à intervenção. Concretamente isso não significa outra coisa senão dizer que o estado de sítio se tornou regra. Para a juventude revoltosa dos anos cinquenta e sessenta, a normalidade significava um horror coercitivo e monótono. Entrementes uma vida cotidiana harmônica e tranqüila se tornou um bem cobiçado. Na Sarajevo dividida, a população compreendia a normalidade praticamente como meio de resistência contra o terror causado pelos bombardeios da artilharia e pelos franco-atiradores, como pôde observar naquela ocasião, a repórter italiana Sabina Fedeli. Cada vez mais a normalidade surge pela administração autônoma – com bastante freqüência contra o Estado. Quando o Estado se torna instância destruidora da normalidade, é preciso defender de modo incondicional os trâmites da lei. Finalmente – e também isso é explicitado por Agamben – no futuro, será decisivo inventar modelos de política que transcendam o princípio homicida da soberania.

# DESTAQUES DA SEMANA

## Artigo da semana

*Eduardo Galeano, uruguaio, autor do clássico **As veias abertas da América Latina**, reflete sobre os recentes acontecimentos na Bolívia. O artigo, com o título Bolívia, o país que quer existir, foi publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, 26-10-03.*

### BOLÍVIA, O PAÍS QUE QUER EXISTIR

**Eduardo Galeano**

Uma imensa explosão de gás: esse foi o levante popular que sacudiu toda a Bolívia e culminou com a renúncia do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, que fugiu deixando atrás de si uma série de mortos. O gás seria enviado para a Califórnia, a preço ruim e em troca de pequenas regalias, por meio de terras chilenas que, em outros tempos, foram bolivianas. A saída do gás por um porto do Chile lançou sal à ferida, em um país que, há mais de um século, vem exigindo, em vão, a recuperação do caminho para o mar que perdeu em 1883, na guerra vencida pelo Chile.

Mas o caminho do gás não foi o motivo mais importante para a fúria que ardeu por todas as partes. Outra fonte essencial teve a indignação popular, à qual o governo respondeu a tiros, como é de costume, regando com mortos as ruas e as estradas. As pessoas se revoltaram porque se negam a aceitar que aconteça com o gás o que já aconteceu com a prata, o salitre, o estanho e tudo o mais. A memória dói e ensina: os recursos naturais não-renováveis vão sem dizer adeus e jamais voltam.

\*

Por volta de 1870, um diplomata britânico sofreu, na Bolívia, um desagradável incidente. O ditador Mariano Melgarejo ofereceu-lhe um copo de *chicha*, a bebida nacional feita de milho fermentado. O diplomata agradeceu e disse que preferia chocolate. Melgarejo, com sua habitual delicadeza, o obrigou a beber uma enorme vasilha cheia de chocolate e depois o fez andar de burro, montado ao contrário, pelas ruas de La Paz. Quando a rainha Vitória, em Londres, soube do ocorrido, mandou trazer um mapa, riscou uma cruz a giz sobre o país e sentenciou: "A Bolívia não existe".

Várias vezes, ouvi essa história. Terá ocorrido dessa maneira? Pode ser que sim, pode ser que não. Mas essa frase, atribuída à arrogância imperial, também pode ser lida como uma involuntária síntese da atormentada história do povo boliviano. A tragédia se repete, girando como um carrossel: há cinco séculos a fabulosa riqueza da Bolívia maldiz os bolivianos, que são os pobres mais pobres da América do Sul. "A Bolívia não existe": não existe para seus filhos.

\*

Além da época colonial, a prata de Potosí foi, por mais de dois séculos, o principal alimento do desenvolvimento capitalista da Europa. "Vale um Potosí", se dizia, para elogiar o que não tinha preço. Em meados do século XVI, a cidade mais povoada, mais cara e mais esbanjadora do

mundo brotou e nasceu ao pé da montanha que emanava prata. Essa montanha, o chamado Cerro Rico, tragava índios. "Os caminhos estavam de tal modo apinhados que parecia mudança do reino", escreveu um rico mineiro de Potosí: as comunidades se esvaziavam de homens, que, de todas as partes, marchavam, prisioneiros, rumo à boca que levava às escavações. Fora, temperaturas de gelo. Dentro, o inferno. De cada dez que entravam, apenas três saíam vivos. Mas os condenados à mina, que pouco duravam, geravam a fortuna dos banqueiros flamengos, genoveses e alemães, credores da coroa espanhola, e eram esses índios que tornavam possível o acúmulo de capitais que converteu a Europa no que a Europa é. O que restou na Bolívia, de tudo isso? Uma montanha oca, uma incontável quantidade de índios assassinados pelo cansaço e alguns palácios habitados por fantasmas.

\*

No século XIX, quando foi derrotada na chamada Guerra do Pacífico, a Bolívia não perdeu só sua saída para o mar e ficou encurralada no coração da América do Sul. Também perdeu seu salitre. A história oficial, que é a história militar, conta que o Chile ganhou essa guerra, mas a história real comprova que o vencedor foi o empresário britânico John Thomas North. Sem disparar um tiro nem gastar um penny, North conquistou territórios que haviam sido da Bolívia e do Peru e se converteu no rei do salitre, que, na época, era o fertilizante imprescindível para alimentar as cansadas terras da Europa.

\*

No século XX, a Bolívia foi o principal fornecedor de estanho no mercado internacional. embalagens de folha de flandres, que deram fama a Andy Warhol, provinham das minas que produziam estanho e viúvas. Na profundidade das escavações, o implacável pó de silício matava por asfixia. Os pulmões dos operários apodreciam para que o mundo pudesse consumir estanho barato.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Bolívia contribuiu para a causa aliada, vendendo seu mineral a um preço dez vezes menor do que o normal. Os salários dos operários se reduziram a nada, houve greves, as metralhadoras cuspiram fogo. Simón Patiño, dono do negócio e amo do país, não teve de pagar indenizações, pois a matança por metralha não é acidente de trabalho. Dom Simón pagava US\$ 50 anuais de Imposto de Renda, mas pagava muito mais ao presidente da nação e a todo o seu gabinete.

Ele fora um morto de fome que acabou tocado pela varinha mágica da deusa Fortuna. Seus netos ingressaram na nobreza européia. Casaram-se com condes, marqueses e parentes de reis. Quando a revolução de 1952 destronou Patiño e nacionalizou o estanho, restava pouco mineral. Não mais do que os restos de meio século de desafortada exploração a serviço do mercado mundial.

\*

Há mais de cem anos, o historiador Gabriel René Moreno descobriu que o povo boliviano era "geneticamente incapaz". Ele havia colocado na balança o cérebro indígena e o cérebro mestiço e havia comprovado que pesavam entre cinco, sete e dez onças menos do que o cérebro da raça branca. O tempo passou, e o país, que não existe, continua enfermo de racismo. Mas o país que quer existir, onde a maioria indígena não tem vergonha de ser o que é, não cospe no espelho.

Essa Bolívia, farta de viver em função do progresso alheio, é o país de verdade. Sua história ignorada abunda em derrotas e traições, mas também em milagres como os que são capazes de fazer os desprezados quando deixam de desprezar a si mesmos e quando deixam de lutar

entre si. Fatos assombrosos, de muito brio, estão ocorrendo, sem ir mais longe, nestes tempos que correm.

\*

Em 2000, um caso único no mundo: uma localidade "desprivatizou" a água. A chamada "guerra da água" ocorreu em Cochabamba. Os camponeses marcharam, saindo dos vales, e bloquearam a cidade, e também a cidade se rebelou. Respondendo com balas e gás lacrimogêneo, o governo decretou o estado de sítio. Mas a rebelião coletiva continuou, impossível de parar, até que, na investida final, a água foi arrancada das mãos da empresa Bechtel e as pessoas recuperaram a irrigação de seus corpos e de suas plantações. (A Bechtel, com sede na Califórnia, agora recebe o consolo do presidente George W. Bush, que a presenteia com contratos milionários no Iraque).

Há alguns meses, outra explosão popular, em toda a Bolívia, venceu nada menos do que o Fundo Monetário Internacional. O Fundo vendeu caro sua derrota, cobrou 30 vidas - assassinadas pelas chamadas forças da ordem-, mas o povo realizou sua façanha. O governo não teve outra coisa a fazer a não ser anular o imposto sobre os salários, que o Fundo havia mandado aplicar.

Agora, é a guerra do gás. A Bolívia conta com enormes reservas de gás natural. Sánchez de Lozada chamara de capitalização a sua privatização mal dissimulada, mas o país que quer existir acaba de demonstrar que não tem memória ruim. Outra vez a velha história da riqueza que evapora em mãos alheias? "O gás é nosso direito", proclamavam os cartazes nas manifestações. As pessoas exigiam, e continuarão exigindo, que o gás seja colocado a serviço da Bolívia, em lugar de a Bolívia submeter-se, uma vez mais, à ditadura de seu subsolo. O direito à autodeterminação, que tanto se invoca e tão pouco se respeita, começa por aí.

A desobediência popular causou a perda de um negócio rentável à corporação Pacific LNG, integrada por Repsol, British Gas e Panamerican Gas, sócia da empresa Enron, famosa por seus virtuosos costumes.

Tudo indica que a corporação ficará na vontade, em lugar de ganhar, como esperava, US\$ 10 para cada dólar investido.

Por sua vez, o fugitivo Sánchez de Lozada perdeu a Presidência. Seguramente, não perdeu o sono. Sobre sua consciência pesa o crime contra pelo menos 74 manifestantes, mas essa não foi sua primeira carnificina, e esse defensor da modernização não se preocupa com nada que não seja rentável. No fim de tudo, ele pensa e fala em inglês, mas não é o inglês de Shakespeare: é o inglês de Bush.

## Deu nos jornais

### Os impasses na Alca

#### Seminário em Brasília com a presença do embaixador americano Peter Allgeier

O embaixador americano Peter Allgeier, co-presidente do Processo Negociador da Alca, chegou a Brasília nesta segunda-feira. Allgeier participa de um seminário organizado pela Câmara dos Deputados, o Senado e o Parlamento Latino-Americano (Parlatino), 'O Papel dos Legisladores na Alca - Encontro Parlamentar sobre a Área de Livre Comércio das Américas', que será aberto por Lula. O co-presidente brasileiro do Processo Negociador da Alca, embaixador Adhemar Bahadrian, também participará do evento de dois dias no Congresso. A notícia é do jornal **O Estado de S. Paulo**, 19-10-03.

O jornal, com base em entrevistas com diplomatas brasileiros envolvidos nas negociações, fez um levantamento dos problemas que mais afligem e limitam a ação do Estado brasileiro:

-Serviços e investimentos: Os EUA querem que os países congelem suas legislações e quaisquer mudanças posteriores sejam feitas em consulta com a Alca. No setor financeiro, as normas do Banco Central, que alteram o funcionamento do mercado, também teriam de estar abertas à discussão internacional. Isso limitaria a capacidade brasileira de regular seus mercados.

-Telecomunicações e serviços financeiros: São os dois setores que atraem mais o interesse dos americanos e de exportadores de serviço. Há uma cláusula na proposta americana que obriga a privatização das telecomunicações. O Brasil já privatizou a maior parte do setor de telecomunicações, mas o BNDES ainda tem participação na Telemar. Por esta cláusula, o Estado brasileiro teria que vender esta participação. Nos serviços financeiros, os EUA querem que qualquer novo produto seja automaticamente liberado, não só para os bancos nacionais e estrangeiros instalados no Brasil, mas também para as instituições financeiras de todos os países da Alca.

-Propriedade intelectual: De modo geral, todas as propostas americanas neste capítulo são extensões das disposições do acordo de patentes da OMC, 1995, que dá garantias de acesso aos medicamentos. O que os americanos querem é ampliar os prazos de patentes e criar dispositivos legais para a observância da propriedade intelectual.

-Animais e plantas: No acordo de patentes da OMC, há um artigo sobre os três critérios para patentear um produto, que são novidade, atividade inventiva e aplicabilidade industrial. Neste artigo, há um item permitindo que países excluam plantas e animais. Porém, no acordo americano com o Chile, este abriu mão desta faculdade. O mesmo pode acontecer com outros países latino-americanos.

-Componentes nacionais: Os americanos querem que os novos investimentos, como nas plataformas marítimas, sejam submetidas à Alca. Isso compromete a tecnologia e a indústria nacional, além da soberania nacional.

-Normas estaduais: Os americanos querem excluir as leis estaduais do acordo da Alca. Isso significaria uma restrição de acesso ao mercado dos EUA, pois a maior parte da legislação americana é estadual.

### **Violência nas escolas assusta os Estados Unidos**

O ano letivo 2003/2004 nos Estados Unidos mal começou, mas uma série de assassinatos cometidos a tiros e facadas, além de outros ataques, faz com que os especialistas temam que esse período venha a ser um dos mais mortíferos dos últimos anos nas escolas norte-americanas, afirma Greg Toppo em artigo publicado no **USA Today**, 21-10-03. Desde meados de agosto, quando a maior parte dos estudantes retornou às salas de aula, já foram registradas, no sistema de escolas públicas do país, 18 mortes violentas, mais do que a média de cada um dos anos letivos anteriores. E isso não inclui as dezenas de incidentes não fatais. Os jovens estão sendo mortos pelos colegas de escola, por desconhecidos e até mesmo pelos pais, tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades. Os analistas enumeram vários possíveis fatores que podem causar o fenômeno, incluindo escolas de segundo grau grandes e impessoais, jogos de videogame violentos, uma economia problemática e a ansiedade gerada pelas exigências acadêmicas mais rígidas. Alguns observam que o número de gangues de ruas está aumentando e que a guerra contra o terrorismo está desviando recursos que seriam destinados à segurança nas escolas.

## Para Gabeira, Lula acha que pode mais que a lei Liberação dos transgênicos

Segundo a *Folha de S. Paulo*, 20/10/03, “o deputado federal Fernando Gabeira (RJ), que deixou o PT na semana passada, disse ontem no Rio que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acha ser mais forte que a Constituição: ‘Alguém disse para o Lula que ele era mais forte que a Constituição, então ele baixou essa medida provisória [de liberação] dos transgênicos’. A saída de Gabeira do partido foi motivada pelas decisões do governo nas questões ambientais. Comentando reportagem publicada ontem na Folha, segundo a qual Lula achava, em 2001, uma ‘burrice’ a liberação da soja transgênica, Gabeira disse: “É claro que ele pode mudar de idéia, mas precisa dizer qual foi o itinerário. Eles mudam de idéia sem explicar como mudaram”. Para Gabeira, não têm fundamento as declarações dadas pelo Presidente de que passou a, ‘cientificamente’, ter dúvidas sobre os efeitos nocivos dos transgênicos. “Ele disse que alterou a posição dele cientificamente, mas estamos procurando os cientistas que conseguiram informar isso a ele”.

Gabeira afirmou que, ao sair do PT, sua intenção foi mostrar que não acredita mais em mudar a sociedade pela via partidária. Gabeira criticou ainda a liberação, em fevereiro, das importações de pneus usados do Uruguai e do Paraguai. O governo disse que apenas cumpriu uma decisão do Tribunal Arbitral do Mercosul. Mas a Argentina, membro do Mercosul, proíbe essas importações, fato que, segundo Gabeira, ‘desmascara’ a versão oficial”.

## Guerra entre o Governo Federal e o Terceiro Setor Para a Abong há cerceamento nas suas atividades

“Há uma guerra nos bastidores das relações do governo com o chamado terceiro setor. Brasília tenta estabelecer maior controle sobre as entidades que se beneficiam de recursos públicos. As ONGs, representadas pela Abong (Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais), vêem aí uma tentativa de cerceamento de sua atividade. Um dos pivôs dessa guerra atende pelo nome de Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), um tipo de entidade sem fins lucrativos criada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. As ONGs ligadas à entidade estão sujeitas a cadastro no Ministério da Justiça e a uma administração teoricamente mais transparente. Em 2003, o número de Oscips explodiu. Segundo o Ministério da Justiça, 1.052 pedidos de reconhecimento foram apresentados desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Parte já foi aprovada. Hoje, há 1.524 entidades qualificadas para atuarem como Oscips, que teriam maior acesso a recursos, coisa que o Ministério não acompanha. Para Jorge Durão, diretor da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais), as Oscips podem ser um subterfúgio para terceirizar (repassar à iniciativa privada) atividades que caberiam ao Estado: “O que está em jogo não são as ONGs, mas o Estado, o problema é a visão privatizante do Estado”. A notícia foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, 20/10/03

## Frases da semana

### Clinton e Lula, segundo Stiglitz

“Se eu fosse muito cínico, eu diria que Clinton trabalhou oito anos para permitir que Bush pudesse dar uma redução de impostos aos ricos! Lula deve ficar atento para não reproduzir o mesmo erro. Se os mercados reagem rápida e fortemente, as taxas de juros vão baixar, haverá mais dinheiro para os programas sociais e isto será formidável. Ele poderá implementar seu programa contra a fome, sua reforma agrária” – Joseph Stiglitz, ex-chefe da equipe de

economistas do governo Clinton, prêmio Nobel de Economia, em entrevista publicada no jornal francês *Libération*, 25-10-03.

### O Governo Lula na Anpocs

"O momento não é de perplexidade, é de decepção mesmo" - Flávio Pierucci, sociólogo da USP, participando da reunião da Anpocs e avaliando o governo Lula – **O Estado de S. Paulo**, 26-10-03.

"Será que hoje sou governo ou oposição?" – Luiz Werneck Vianna, presidente da Anpocs, avaliando o governo Lula – O Estado de S. Paulo, 26-10-03.

"A pior coisa que pode acontecer é a descrença nas instituições. Não se esqueçam de que na Itália, depois do Massimo D'Alema, veio o Silvio Berlusconi" - Luiz Werneck Vianna, presidente da Anpocs, avaliando o governo Lula – **O Estado de S. Paulo**, 26-10-03.

"Você tem uma espécie de ocupação do Ministério com múltiplas correntes. Mas isso ocorre ao mesmo tempo em que se verifica uma concentração de poder em torno de três ou quatro nomes que realmente decidem. Os outros ministros são, de fato, secretários deste grupo pequeno. O debate que há é neste grupo oligárquico, no interior do governo, ao redor de José Dirceu. Os ministros não têm um peso muito grande, a não ser Antonio Palocci (Fazenda)" - Brálio Sallum Jr., sociólogo, professor da USP e coordenador do Consórcio de Informações Sociais – **O Globo**, 26-10-03.

## SUPERFLUIDOS E SUPERCONDUTORES VENCEM NOBEL DA FÍSICA 2003

*IHU On-Line faz, na edição desta semana, um debate sobre os três vencedores do Prêmio Nobel de Física deste ano. Reproduzimos abaixo, extraído da **Folha de S. Paulo**, 8-10-03, um artigo sobre os vencedores, dos EUA e da Rússia, que lançaram bases teóricas para supercondutores de alta temperatura e para superfluidos. Também reproduzimos um artigo do professor Paulo Henrique Dionísio, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos, que comenta os prêmios, trazendo a discussão para a academia. O professor Paulo Henrique apresentou o **IHU Idéias** de 7 de agosto de 2003, com o tema Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre seu conteúdo essencial. Ele concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line**, publicada no número 69, de 4 de agosto de 2003. Paulo Henrique é doutor em Ciências, pelo Instituto de Física da UFRGS, e mestre em Física pela mesma Universidade.*

### "SUPERFENÔMENOS" LEVAM O PRÊMIO NOBEL

Um fenômeno tão revolucionário que as potenciais aplicações tecnológicas sequer foram completamente mapeadas e outro que parece não servir para nada além de aprofundar o conhecimento humano foram as escolhas da Real Academia Sueca de Ciências para o Prêmio Nobel de Física deste ano. Apesar do forte contraste utilitário, os dois campos de pesquisa são parecidos, em características e nomenclatura: supercondutividade e superfluidez.

Os três vencedores são o russo-americano Alexei Abrikosov, 75, o russo Vitaly Ginzburg, 87, e o anglo-americano Anthony Leggett, 65. Eles abriram novas avenidas para o entendimento dessas propriedades extraordinárias que alguns materiais podem adquirir.

Superfluidez e supercondutividade podem ser vistas, grosso modo, como o resultado da "libertação" de átomos e elétrons presentes num dado sistema, fazendo emergir propriedades estranhas, ditadas pela não menos esquisita mecânica quântica.

## Origens

Em 1911, o físico holandês Heike Kammerlingh Onnes descobriu que o mercúrio, quando resfriado a até uns poucos graus acima do zero absoluto, apresentava uma propriedade marcante: deixava que a corrente elétrica passasse livremente por ele, sem oferecer resistência. Ele deu ao fenômeno o nome de supercondutividade.

Passaram-se várias décadas até o surgimento de uma teoria capaz de explicar adequadamente as propriedades desses materiais. Os cálculos saídos dela apontavam que o campo magnético gerado pela corrente elétrica do supercondutor, dependendo da intensidade, podia estragar o efeito.

Partindo de uma outra teoria de supercondutores, desenvolvida no início dos anos 1950 por Ginzburg, hoje no Instituto Físico Lebedev, Abrikosov, que, na época, também trabalhava na Rússia (hoje ele está no Laboratório Nacional de Argonne, em Illinois, EUA), concluiu que deveria haver um outro tipo de supercondutor. Ele seria capaz de resistir a fortes campos magnéticos sem perder suas propriedades especiais.

Suas pesquisas teóricas estabeleceram o conhecimento para a busca de supercondutores resistentes a campos magnéticos, que funcionassem a temperaturas mais altas - área que entrou em ebulição nos últimos anos.

Embora nenhum deles seja capaz de funcionar a 23C (o que seria o Santo Graal da supercondutividade), as temperaturas exigidas já são compatíveis com o resfriamento feito com nitrogênio líquido (que entra em ebulição a -177C). Com isso, evita-se o uso do hélio líquido (de manuseio muito mais complicado) para manter o sistema operacional.

Entre as aplicações já existentes para supercondutores estão sistemas que compõem os aparelhos de ressonância magnética e aplicações em eletrônica. Também está em curso o desenvolvimento de rápidos trens levitantes, que andam sem tocar os trilhos.

Já o caso da superfluidez são outros quinhentos. As únicas aplicações claras, segundo Leggett, são em metrologia, usando as propriedades de superfluidos para deduzir o valor de algumas constantes universais da mecânica quântica.

"O Tony é um cara que é realmente um físico teórico - a contribuição dele é entender como a matéria funciona", diz Amir Caldeira, físico da Unicamp que estudou com Leggett no Reino Unido, no final da década de 1970. Hoje o britânico trabalha na Universidade de Illinois, EUA.

A contribuição que lhe rendeu o Nobel foi feita nos anos 1970, quando Leggett determinou como os átomos de um tipo de hélio ( $^3\text{He}$ ) se tornam superfluidos - o material perde a viscosidade, e seus átomos se comportam como os elétrons da corrente elétrica de um supercondutor- quando a temperatura atinge milésimos de grau acima do zero absoluto.

## SAUDOSISMO EM ESTOCOLMO?

Por Paulo Henrique Dionisio

A notícia sobre o Prêmio Nobel de Física deste ano tem um certo ar de *déjà vu*. "Por seus trabalhos pioneiros no domínio da teoria dos supercondutores e dos superfluidos", diz a justificativa da Real Academia de Ciências da Suécia ao conceder o prêmio a dois russos e um anglo-americano. Ora, já em 1986, J.G. Bednorz e K.A. Müller, trabalhando no Laboratório de Pesquisas da IBM em Zürich, anunciaram a descoberta de um material supercondutor de alta



temperatura. Foi um dos eventos científicos de maior repercussão nas últimas décadas, dentro e fora dos meios acadêmicos, ocupando grandes espaços na mídia, em virtude da revolução tecnológica que tal invento prometia desencadear. Já no ano seguinte, em 1987, seus autores receberam a consagração máxima que um cientista pode almejar: o Prêmio Nobel. Passaram-se, desde então, dezesseis anos. As alardeadas aplicações tecnológicas ficaram muito aquém das expectativas e não se têm notícias de inovações de impacto, nem no sentido de aperfeiçoar as propriedades do material, de modo a viabilizar a realização de todas as suas potencialidades, nem no sentido de ampliar a compreensão teórica do fenômeno, o que, em princípio, poderia surtir o mesmo efeito. Nada, pelo menos, que justificasse um novo Prêmio Nobel. Assim, ao menos no que concerne aos supercondutores, quem passar os olhos pelos jornais sem conferir os nomes dos agraciados ficará com a impressão de estar lendo jornais velhos. Inclusive pela repetição das exageradas previsões de revolução tecnológica feitas pelos especialistas em entrevistas à imprensa...

Mas, ao lermos os nomes dos laureados, o *déjà vu* transforma-se numa certa perplexidade. Os protagonistas da notícia, no que se refere aos supercondutores, são os russos Vitaly Ginzburg, hoje com a idade de 87 anos, e Alexei Abrikosov, hoje com 75 anos, laureados com o Prêmio Nobel de Física de 2003 por seus feitos na longínqua década de cinqüenta. Ninguém haverá de negar o valor e o mérito de suas realizações. Mas porque teria a Academia de Ciências da Suécia decidido consagrá-las de maneira tão anacrônica? Admitindo-se que suas teorias hajam sido decisivas para a descoberta do fenômeno em foco, o que, note-se, já se afigura um tanto discutível, uma vez que houve um lapso de trinta anos entre uma coisa e outra, o razoável seria conceder-lhes o prêmio junto com os demais realizadores. Afinal, algo parecido havia ocorrido no ano anterior, quando o Prêmio Nobel de 1986 foi concedido a Gerd Binnig e Heinrich Rohrer pela (então) recente invenção do microscópio eletrônico de tunelamento, mas também a Ernst Ruska, cujo mérito pelo trabalho pioneiro de construir o primeiro microscópio eletrônico na longínqua década de vinte foi finalmente resgatado. Oportuno resgate, pois Ruska veio a falecer menos de dois anos depois, aos 82 anos de idade e, como se sabe, o Prêmio Nobel só pode ser concedido a pessoas vivas.

O outro agraciado é o anglo-americano Anthony Leggett, hoje com 65 anos de idade, por pesquisas feitas há trinta anos atrás acerca dos chamados superfluidos. Sua inclusão no grupo justifica-se pela afinidade teórica e conceitual entre os trabalhos. Contribuiu, inegavelmente, para uma melhor compreensão dos fenômenos quânticos, especialmente os relacionados com aspectos estatísticos. Embora o fenômeno a que se refere a láurea, ao contrário da supercondutividade, não prometa aplicações práticas de impacto, trata-se, sem dúvida, de uma contribuição meritória, digna da premiação recebida. Mas cabe a mesma pergunta, eivada de perplexidade: Por que *agora*, trinta anos depois, sem nenhum vínculo com algum fato atual? Estaria a cidade de Estocolmo sendo assolada por uma onda de saudosismo?

É possível que os especialistas nos assuntos envolvidos disponham de informações que, caso as tivéssemos, nos permitiriam interpretar melhor o Nobel de Física deste ano. Também é possível que não caiba interpretação alguma, por tratar-se apenas de prestar homenagens, de festejar com os laureados o reconhecimento de seus pares. Mas não se pode evitar a impressão de que as lembranças de êxitos passados surgem de modo a preencher um certo vazio no presente. A Física contemporânea enfrenta muitas dificuldades em fazer avançar suas fronteiras, dificuldades essas que já são interpretadas por alguns como sinais do esgotamento dos paradigmas atuais. A teoria do *big bang*, por exemplo, representa os mais recentes avanços teóricos levados às últimas conseqüências, mas não consegue granjear a aprovação unânime dos físicos. No fértil terreno da chamada Física da Matéria Condensada, no qual se

inserir os dois fenômenos supramencionados, as aplicações tecnológicas se multiplicam, mas pouco ou nada tem sido obtido que possa ser caracterizado como um avanço essencial.

Mas, prossigamos no exame da lista dos laureados deste ano e encontraremos outro físico. Sir Peter Mansfield, professor de Física da Universidade de Nottingham, é um dos vencedores do Nobel de Medicina e Fisiologia, "por suas descobertas concernentes à formação de imagens por ressonância magnética". Assim, a Física continua cumprindo sua vocação de gerar tecnologia, que, bem usada pelos homens, pode contribuir para o bem-estar geral da humanidade.

## ACONTECE

### NOVO CONCEITO DE ENSINO EM DEBATE NA UNISINOS

Uma nova metodologia de ensino, em que a criatividade é a motivação, será apresentada amanhã, dia 28 de outubro, às 20h, no Anfiteatro Pe. Werner da Unisinos. O sociólogo italiano Maurizio Carmignani, diretor da Escola de Pós-Graduação em Ciências Organizacionais *S3 Studium*, com sede em Roma, na Itália, vai apresentar essa inovação no conceito de ensino e preparação para o mercado de trabalho através do tema *A emergência da Organização Líquida*. Maurizio Carmignani é mestre em Ciências Organizacionais pela *S3 Studium* e pós-graduado em Gestão de Empresa pelo *Isvor Knowledge System*.

Motivados por essa novidade, o professor Gilson Lima, do Centro de Ciências Humanas da Unisinos, e um aluno do curso de Ciências Sociais da Unisinos, Luiz Lentz, decidiram criar um projeto com a idéia de aproveitar a metodologia italiana, aplicando-a à realidade brasileira aqui na Unisinos. O Projeto de Criatividade Aplicada começou no ano passado e foi motivo para a viagem de intercâmbio de Luiz Lentz à Itália para conhecer de perto a experiência da *S3 Studium*.

A metodologia de ensino utilizada na *S3 Studium* trabalha a partir da educação da criatividade aplicada a seus alunos de mestrado, visando à reciclagem de burocratas. Fundada em 1986, nela os estudantes são preparados para serem e tornarem-se criativos e para enfrentarem as necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Para suprir a falha do ensino tradicional em não trabalhar a criatividade, o sociólogo Domenico De Masi, catedrático de Sociologia do Trabalho da Universidade de Roma, fundou a *S3 Studium*, juntamente com o sociólogo francês Alain Touraine e os sociólogos americanos Daniel Bell (autor da conhecida obra *A sociedade pós-industrial*) e Alvin Toffler (futurólogo e autor do best seller *A Terceira Onda*).

Nessa escola, cerca de doze estudantes bem-vestidos sentam-se em torno de uma antiga e longa mesa oval de nogueira, localizada numa aconchegante sala, embelezada por exuberantes pinturas nas paredes. Em cima da mesa oval, encontramos copos e bebidas. Na sala, também existe um frigobar, que, com sofás, tapetes e lareira, forma um ambiente confortável. Todos falam e não existe a divisão tradicional entre professor e aluno. O roteiro da aula é flexível e há uma mistura constante de múltiplos temas e saberes diferentes, rompendo a idéia de disciplinas e de rígidos programas pré-definidos. Os móveis e quadros foram herdados de cenários dos filmes de Lina Wertmüller, exemplares de Jugendstil, estilo que vigorava na Alemanha, no final do século passado. Nesse ambiente, profissionais de diversas áreas se

encontram durante um ano, que é o tempo de duração do curso de pós-graduação, denominado Ciências Organizativas. As aulas acontecem todos os dias da semana.

O clima na escola é alegre, variado e quase festivo, contrastando com a realidade do cotidiano das empresas, onde trabalham alguns dos trinta alunos matriculados nas três séries do curso: executivos da indústria ou da administração pública, profissionais recém-formados em Economia, Sociologia, Física e Engenharia.

A diversificação da formação acadêmica que mistura engenheiros, físicos, economistas e sociólogos, é intencional e é um critério levado em conta nos exames de seleção. As instalações da escola são pequenas, mas acolhedoras. Isso permite organizar os alunos em grupos reduzidos, o que aumenta a participação e conseqüentemente o rendimento de todos eles. O restante do programa é individual e estabelecido entre o aluno e seu tutor, que determina os livros a serem resenhados, e os estágios a serem feitos. É o tutor quem acompanha também o desenvolvimento de uma pequena tese de pesquisa a ser apresentada no final do ano.

De Masi acredita que, para responder à voraz demanda de novos produtos e modelos do mercado atual, cada vez mais exigente e sensível à moda, é preciso ser criativo para inventar mecanismos de marketing alternativos ou métodos de produção rápidos e econômicos. Quem realizar essa tarefa no menor espaço de tempo, vence o duelo, muitas vezes mortal, com a concorrência.

Descobriu-se que a empresa pós-moderna não tem a forma hierárquica tradicional de uma pirâmide, onde os quadros dirigentes se situam no topo. Uma empresa criativa é estruturada como uma rede em que os pontos de intercessão dos fios, os nós, são os momentos de controle.

Além da criatividade, as características da empresa pós-industrial são a intelectualização do trabalho, a primazia da estética, a ressurreição dos valores éticos, a feminilização, a valorização da afetividade, a possibilidade de trabalhar longe da sede e em horários diferentes, a importância da individualidade e da qualidade de vida. Segundo De Masi, as empresas e as instituições atuais estão totalmente despreparadas para enfrentar aspectos como a importância crescente da subjetividade, da afetividade e da feminilização do trabalho. E todos esses conceitos são trabalhados na formação dos profissionais da *S3 Studium*, que atualmente ampliou sua rede de ensino e criou uma empresa de pesquisa, oferecendo campo de trabalho aos profissionais que concluem o mestrado em Ciências Organizacionais.

O estudante da Unisinos, Luiz Lentz, retornou da Itália, no último sábado, dia 18 de outubro, para preparar o evento de amanhã à noite, e retorna para continuar sua experiência na *S3 Studium*, na quarta-feira, dia 29. Antes de sua partida, Lentz conversou com *IHU On-Line* sobre os momentos registrados no convívio com De Masi, os professores e alunos da *S3 Studium*, e sobre a expectativa do Projeto de Criatividade Aplicada aqui da Unisinos. Ele está no primeiro semestre de Ciências Sociais, e é comissário de bordo da Varig.

### ***IHU On-Line* – Como você conheceu o projeto da *S3 Studium* e como foi a decisão de ir para a Itália?**

**Luiz Lentz** – Desde que comecei a estudar aqui na Unisinos, em 2000, sempre foi muito difícil conciliar o tempo de estudo e trabalho. Com essa dificuldade, comecei a repensar minha estrutura de vida. Eu tinha um projeto difícil de realizar, que era o curso universitário. E trabalhar ao mesmo tempo era completamente inviável. Comecei a pensar numa outra forma de organização e decidi me estruturar para uma viagem ao exterior. Comecei a pesquisar a sociologia de alguns países e percebi que a Itália tinha uma realidade próxima à nossa, até pela

cultura latina. Eu não sabia nada de italiano. Foi então que comentei com o professor Gilson Lima que eu queria estudar fora e precisava de uma referência bibliográfica de algum sociólogo na Alemanha ou na Itália. Ele me disse que conhecia um professor na Itália e me sugeriu ***A emoção é a regra***, de Domenico De Masi. Entusiasmei-me com o livro, porque ele fala sobre a criatividade e a organização criativa. Eu busquei mais livros dele por gostar dos argumentos. O professor Gilson percebeu meu interesse, e eu disse que pretendia ir à Itália fazer minha graduação lá. Foi aí que ele me convidou para montar um projeto a partir da idéia de criatividade, que se transformou no Projeto de Criatividade Aplicada. Naquele dia, eu pensei: “Agora está começando meu projeto de vida”.

#### ***IHU On-Line – Quais foram os primeiros passos do Projeto de Criatividade Aplicada?***

**Luiz Lentz** – Começamos organizando um grupo de estudos e seguimos pesquisando e preparando minha ida para lá. Isso durou nove meses. Fizemos estudos de metodologia, de toda a parte bibliográfica da pesquisa e do contato, já que tínhamos somente a idéia. O professor Gilson havia tido um único e distante encontro com o professor De Masi. Nosso objetivo é tentar conhecer a idéia deles, juntar com as idéias do nosso grupo, do professor Gilson, e olhar na prática como esse novo método de ensino funciona e se isso se aplica aqui. A realidade brasileira exigirá algumas modificações, sabemos disso. A idéia é visualizar o que eles fazem de diferente no estudo da criatividade e se isso é aplicável. O professor De Masi foi excepcional nos contatos. Ele gostou do nosso projeto. Inclusive nós apresentamos no consulado italiano em Porto Alegre. Foi uma coisa que começou por acaso e está crescendo muito.

#### ***IHU On-Line – Quais foram as primeiras impressões da S3 Studium?***

**Luiz Lentz** – Eu tinha um conflito entre o que eu imaginava e o que era a S3 Studium na prática. Conhecer a realidade e o idioma italiano foi e está sendo um grande aprendizado. Cheguei pela primeira vez na S3 e o professor De Masi me recebeu. Ele entende português, e eu confessei a ele minha dificuldade com o italiano. Ele me respondeu que isso não era problema; que com criatividade se resolve tudo. De Masi tem uma ligação muito forte com o Brasil. A maioria dos colaboradores dele falam português. Eu fui para fazer uma pesquisa histórica e atual do processo de ensino, com a idéia inicial de apenas observar. Acabei freqüentando as aulas e cursando o mestrado. Só não obtive o certificado pela necessidade burocrática de concluir uma graduação antes.

#### ***IHU On-Line – Qual o objetivo e o diferencial da S3 Studium?***

**Luiz Lentz** – O De Masi observou a necessidade de uma especialização no ensino. Os alunos saíam da Universidade de Roma e não tinham experiência alguma, e os cursos existentes eram muito caros. Então, ele decidiu criar uma escola que desse oportunidade para que esses estudantes que estão saindo da universidade se especializassem como pesquisadores e organizadores sociais, e com preço de custo que possibilitasse o estudo a essas pessoas. Ele criou um ambiente de estudo baseado na época renascentista e uma metodologia de ensino totalmente especializada, diferente do ensino de massa. O professor tem um cuidado com a estética muito forte. Para ele, a estética é um dos fatores que motivam a criatividade. A S3 começou no apartamento de uma amiga do De Masi, e hoje está num prédio no centro de Roma, no mesmo prédio onde ele mora. Quando ele criou o curso, na Itália, não existiam muitos cursos de mestrado. As pessoas saíam da graduação e faziam doutorado, para eles, muito teórico. O curso oferecido pela S3 é um pouco mais prático. A maioria dos alunos da S3 são doutores, fazendo com que a escola seja muito especializada. Através da metodologia de

ensino, eles ensinam o estudante a lidar com o tempo livre. Eles não ensinam o estudante para ficar dentro de uma sala de aula. Ao mesmo tempo em que o aluno está estudando, ele vai ao cinema e ao teatro. Os orientadores encontram-se com seus alunos para os acompanhamentos individuais nesses ambientes, e não numa sala fechada.

#### ***IHU On-Line – Como se deu o processo de evolução da S3?***

**Luiz Lentz** – Em 2000, a Universidade de Roma decidiu incorporar o curso da S3 para a academia. Eles perceberam que o modelo montado pelo professor De Masi é bastante avançado e muito bom para a academia. As aulas continuam no prédio, naquele espaço diferenciado. A Universidade não tirou nada daquilo. É apenas uma incorporação burocrática. A necessidade inicial do curso havia mudado de 1986 para 2000, com a entrada na Universidade. Os estudantes precisavam, além de especialização, um emprego, um trabalho. As pessoas tinham a especialização, mas não tinham trabalho. Foi aí que a S3 se tornou também uma empresa, onde tudo que se ensina se aplica. A empresa faz pesquisa previsional, organiza eventos, etc. Todo o material intelectual produzido durante 16, 17 anos está sendo vendido, estimulando a produção de mais material. Todo o lucro gerado com essa empresa é revertido para o financiamento dos projetos de pesquisa da própria S3.

#### ***IHU On-Line – Quais os conceitos de mundo do trabalho apresentados pela S3?***

**Luiz Lentz** – O De Masi tem o conceito de que uma empresa não pode ser grande, porque ela perde todo o vínculo de amizade entre os funcionários. A S3 é pequena e foi se ampliando com novas sedes, que trabalham áreas diferentes. Foi se montando uma rede de trabalho, um *network*. Os funcionários não têm horário de trabalho. Eles dão muito valor às relações interpessoais. Os computadores são, na maioria, laptops. O trabalho pode ser realizado em casa ou onde o funcionário quiser.

#### ***IHU On-Line – Quais as dificuldades e desafios da S3 Studium?***

**Luiz Lentz** – Como a escola se reformulou a partir da entrada na Universidade, o processo ainda é novo e está em construção. É uma lei para o professor De Masi a proximidade entre os alunos e os professores ou palestrantes renomados que colaboram com a S3. Todas as pessoas são iguais. Por exemplo, quando Alan Touraine vai a Roma, a primeira coisa que ele faz é visitar e participar de uma aula na S3 Studium. Todos sentam num círculo e conversam. Foi assim também com o presidente da IBM. Ele foi para dar uma aula para doze pessoas. Eu assisti a essa aula. Aqui a gente imagina que uma pessoa importante precisa de um auditório lotado com 700 pessoas ouvindo. Aí é que eu vejo a dificuldade. O professor De Masi quer passar muita informação, de muitos profissionais, em pouco tempo.

### **SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICA HABITACIONAL**

Das 9h às 13h da próxima quarta-feira, dia 29 de outubro, será realizado o *Seminário sobre Política Habitacional*, no auditório da Unitec, campus da Unisinos. O evento é gratuito e objetiva a busca de ações conjuntas com o Governo do Estado, Caixa Econômica Federal e municípios para solucionar o déficit habitacional nas regiões do Estado. Ele se dirige a prefeitos municipais, assistentes sociais e secretários de habitação, urbanismo, planejamento e obras. A promoção é da Unisinos e do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos. O Instituto Humanitas Unisinos e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas apóiam o evento. A coordenação é do professor Cláudio Coelho Marques. Maiores informações podem ser obtidas através do telefone (51) 591.1122 ou no sítio [www.unisinos.br](http://www.unisinos.br).

### Confira a seguir o programa do Seminário:

9h – Abertura – Prof. Dr. Aloysio Bohnen, Reitor da Unisinos  
 9h15min – Políticas Públicas e Habitação de Interesse Social – Sr. Alceu Moreira, Secretário do Estado de Desenvolvimento Urbano  
 10h15min – Diagnóstico Habitacional das Regiões – COREDE Vale do Rio dos Sinos, COREDE Vale do Rio Cai e COREDE Paranhana/Encosta da Serra  
 11h – Programas Habitacionais de Interesse Social da Caixa Econômica Federal – Sr. Plínio Graef, superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal  
 12h – O Papel e os caminhos do Cooperativismo Habitacional – Prof. Darnis Corbellini, Prof. Derli Schmidt e Prof. Vergílio Perius, do IHU.  
 12h30min – Relato de Experiências de Cooperativas Habitacionais – COOPERHABIC de Erechim, Paulo Tóffoli e COBRHAB (Cooperativa Brasileira de Habitação), Pedro Lourenço Puntel.

Audiências Públicas (deverão ser agendadas até hoje, dia 27 de outubro, através do telefone (51) 590.8428, com a Sra. Simone Mandredini)  
 Exmo. Sr. Alceu Moreira, Secretário do Estado de Desenvolvimento Urbano  
 Ilmo. Sr. Plínio Graef, superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal  
 Horário: das 12h às 13h15min

### CURSO DE PEDAGOGIA E ECAU TRAZEM FREI DAVI RAIMUNDO DOS SANTOS

Inicia hoje, e vai até o dia 31 de outubro, a Semana Acadêmica da Pedagogia 2003, com o tema *Da Pedagogia às Pedagogias III: Pedagogia Social, que Pedagogia é essa?*. Dentre a vasta programação oferecida, estará o Frei Davi Raimundo dos Santos, abordando o tema *Ações afirmativas: Limites e possibilidades na conjuntura educacional brasileira*. Ele e membros do ECAU (Estudantes e Comunidade Afro da Unisinos) estarão às 19h de hoje, dia 27, no Grupo de Trabalho 10, na sala 1C108 da Unisinos. Frei Davi Raimundo dos Santos é coordenador da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes Pré-Vestibular (Educafro), do Rio de Janeiro.

O evento busca conhecer, elucidar e discutir questões referentes à Pedagogia Social com o objetivo de responder à pergunta “Pedagogia Social, que Pedagogia é esta?”; e realizar uma formação permanente através dos grupos de trabalho coordenados por professoras e professores do Curso de Pedagogia da Unisinos.

As inscrições custam R\$ 7,00 e será fornecido certificado. Maiores informações no site [www.unisinos.br](http://www.unisinos.br), ou pelo telefone (51) 591.1122.

## AVISOS DA COORDENAÇÃO

### Cescoop XXVII

No dia 20 de outubro, a Profª. Vera Schmitz, coordenadora adjunta do IHU, reuniu-se com o Prof. Dr. Luis Humberto de Mello Villwock, do PPG em Ciências Sociais Aplicadas da Unisinos, para tratar do Curso de Especialização em Cooperativismo – Cescoop XXVII.

### **Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI**

No dia 22 de outubro, o Simpósio Internacional *O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI* foi o tema da reunião entre a Prof<sup>ª</sup>. Vera Schmitz, Alexander Penz, da Central de Eventos da Unisinos, e Mari Lúci de Oliveira, da Secretaria do IHU.

### **Curso de extensão e parceria**

Também no dia 22 de outubro, aconteceu uma reunião a respeito de um curso de extensão sobre Cooperativismo e uma possível parceria do Centro de Ciências Econômicas com o IHU. Participaram a Prof<sup>ª</sup>. Vera Schmitz e a Prof<sup>ª</sup>. Ani Reni Ew, do Centro de Ciências Econômicas.

### **Curso de extensão e parceria II**

No dia 23 de outubro, reuniram-se a Prof<sup>ª</sup>. Vera Schmitz, o Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves, diretor do Centro de Ciências Econômicas, o Prof. Dárnis Corbellini, coordenador da área de concentração Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, a Prof<sup>ª</sup>. Ani Reni Ew, do Centro de Ciências Econômicas, a Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Casturina Jaíra da Silva, coordenadora do Cegecoop III, e o Prof. Alcides Brugnera, do Centro de Ciências Econômicas, para discutir a respeito de um curso de extensão sobre Cooperativismo e uma possível parceria do Centro de Ciências Econômicas com o IHU.

### **Economia do Trabalho**

A coordenadora adjunta do IHU, Prof<sup>ª</sup>. Vera Schmitz, participou de uma reunião na última sexta-feira, dia 24 de outubro, com o Prof. Dárnis Corbellini, coordenador da área de concentração Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade do IHU, a Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Clara Bueno Fischer, do Centro de Ciências Humanas, com Rejane Henemann, do Escritório de Gestão e Tecnologia da Unisinos (EGT) e com os representantes do Sindicato dos Metalúrgicos, Docimar Querubin, Marino Vani, secretário de política sindical da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, e Paulo Chifolina, Metalúrgico da CUT/RS. Na ocasião, discutiu-se a possibilidade da criação de um novo curso de extensão sobre economia do trabalho.

### **Anpocs**

De 21 a 25 de outubro, Inácio Neutzling, coordenador do IHU, participou, em Caxambu, MG, do 27º Encontro Anual da Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

## **EVENTOS IHU**

### **SALA DE LEITURA**

A próxima edição do evento **Sala de Leitura** será amanhã, dia 28 de outubro de 2003, com a apresentação do livro **Os paradoxos do imaginário. São Leopoldo: Unisinos, 2003**, de Castor Bartolomé Ruiz, professor no PPG em Filosofia da Unisinos. A apresentação acontecerá na sala 1G119 do IHU, das 17h30min às 19h. O professor Castor é graduado em Filosofia, Letras, Teologia e Aptidão Pedagógica, é mestre em História e doutor em Filosofia pela Universidad de Deusto, Espanha, com tese intitulada *O poder do imaginário: A força transformadora e o poder instituinte do simbólico. Além da obra que será apresentada no evento, o professor*

é autor de vários livros, entre os quais citamos **El Poder del Imaginario: La fuerza transformadora y el poder instituyente de lo simbólico**. *Madri: Proquest Information and Learning, 2002*; e **El poder de los desposeídos**. *Madri: Nueva Utopía, 2000*;

*Aos participantes serão oferecidos vinho e água ao final da explanação.*

*Confira, a seguir, a entrevista concedida pelo professor Castor a **IHU On-Line**, comentando aspectos do livro:*

#### **IHU On-Line - Como surgiu a idéia do livro *Os paradoxos do imaginário*?**

**Castor Ruiz** - A temática do imaginário foi amadurecendo a partir da crise em que foi colocado o modelo de racionalidade ocidental que a modernidade implementou. Os autores da chamada Escola de Frankfurt fizeram uma radiografia profunda das perversidades possíveis que um tipo de racionalidade, que denominaríamos instrumental, está fazendo na nossa contemporaneidade. Uma racionalidade usada como forma de controle da sociedade, uma racionalidade que instrumentaliza o ser humano como um objeto de produção e consumo, que manipula as consciências, que utiliza a ciência e a tecnologia como instrumentos eficientes de dominação. Na metade do século XX, tomamos consciência da ingenuidade sobre a pretensa bondade natural da razão, já que nem tudo que é racional é bom! Mas também (re)tomamos a consciência de que a razão é um limite do humano, de que o ser humano não pode ser definido exclusivamente – como se fez ao longo de quase dois mil anos – como um ser racional. Certamente que a racionalidade é uma característica do humano, mas ela não o define, o humano é mais, muito mais, que racionalidade. A racionalidade, por si só, é incapaz de explicar todas as dimensões do humano. Então, perante este duplo e enorme desafio, como pensar a racionalidade e o humano? Uma tendência crítica da racionalidade ocidental veio se firmando na contemporaneidade, principalmente a partir dos questionamentos desconstrucionistas de Nietzsche. Esta tendência veio se chamar de forma genérica, e portanto muito imprecisa, de pós-modernidade. Alguns autores pós-modernos apontam a historicidade de toda racionalidade, desvelam a nudez do racional quando se mostra que os saberes tidos como racionalmente evidentes, incontestavelmente naturais, claramente científicos, todos eles estão atravessados por interesses, formam parte de dispositivos de poder, são formas de linguagem, e respondem a um modo cultural de entender a realidade. Ao ver a razão nua, rapidamente alguns autores se apressaram a “violentá-la” impunemente. Agora seria fácil desconstruir a razão e falar que qualquer forma racional não passa de um modo discursivo de linguagem ou uma forma de poder. Conseqüentemente apelam para o desaparecimento da razão, a fim de dar espaço a novas categorias estético-nihilistas. O nihilismo passaria a ser o paradigma de existência numa sociedade pós-moderna onde se aposta pelo declínio total da razão. Decidimos nos introduzir nos interstícios desta tensa e difícil problemática, apostando na historicidade da razão, sua contingência histórica, mostrando sua insuficiência e, às vezes, a sua perversidade, porém indicando que ela está implicada como algo humano, essencialmente humano, numa dimensão ontológica, epistemológica e antropológica maior, que é a criação imaginária.

#### **IHU On-Line - Quais são esses paradoxos e que conseqüências eles trazem para a sociedade?**

**Castor Ruiz** - O ser humano, antes de racionalizar, cria imagens do mundo. Essas imagens não são cópias da realidade, mas todas elas estão carregadas com um sentido (sentimento) e estruturadas a partir de uma lógica. O ser humano cria um sentido para o mundo, que é uma produção imaginária. Neste ponto, o leitor comum se vê obrigado a fazer um jogo (violento) na sua interioridade e começar a ver no conceito imaginário não mais o sinônimo de algo falacioso ou absurdo, mas a força criadora pela qual criamos nosso mundo e instituímos sentido para cada circunstância que nos rodeia. A força criativa do ser humano é uma força imaginária,



porque dela surgem sentidos novos, inéditos para mundo. Um obra de arte, um livro, um tipo de arquitetura, a eletricidade, o computador ou os estádios de futebol, são pura criação do imaginário humano. Eles poderiam não existir, ou existir de outra forma. A cultura, a linguagem, a ciência, a tecnologia, são puras criações imaginárias, que poderiam e podem ser imaginadas (criadas) de outras formas. Essa produção imaginária tem uma racionalidade, mas também uma dimensão simbólica, de tal forma que todo sentido humano (entendendo sentido como forma significativa) é uma construção simbólica com uma lógica própria. Cada obra humana, desde a mais científica até a mais sub-realista, é uma forma simbólica estruturada por um logos próprio. Por isso simbolismo e razão são elementos constitutivos da criação humana, de tal modo que esta não pode ser reduzida à mera racionalidade nem pode se diluir num efêmero simbolismo. O imaginário está atravessado por um primeiro paradoxo. A força criativa do imaginário (co)implica de forma tensa, paradoxal, a dimensão racional e o sentido simbólico. O racional e o simbólico convivem em nós de forma tensa, de tal modo que parecera que, para afirmar um, haveria que negar o outro ou diluí-lo. Porém o paradoxo primeiro surge quando percebemos que temos que aprender a conviver com o paradoxo dentro de nós, com a tensão de afirmar concomitantemente a racionalidade humana e a dimensão simbólica dessa racionalidade. O paradoxo da criação imaginária vai-se alastrando pelas diversas dimensões da experiência humana. A linguagem, por exemplo, que nos constitui humanos, está atravessada por este mesmo paradoxo. Toda linguagem, desde a mais científica e exata à mais poética e metafórica, está atravessada por esta tensão e não é possível sair dela. Qualquer linguagem analítica, uma fórmula matemática ou uma combinação química, parecem ou se pretendem formas denotativas, exatas, de linguagem, contudo elas mesmas –as fórmulas, os signos, as palavras, os métodos de investigação, etc.- são formas simbólicas criadas culturalmente. No outro extremo um poema do absurdo ou um quadro sub-realista pode ter a pretensão de ser uma linguagem meramente conotativa, metafórica, que visa a negar qualquer lógica e pretende instaurar o princípio da irracionalidade, porém suas metáforas, para serem tais, devem ter uma lógica, o sub-realismo tem que ter um princípio (lógico) para não explicar-se. Resumindo, o paradoxo também (co)implica racionalidade e símbolo quando pensamos a hermenêutica, por isso nós denominamos a esta perspectiva de hermenêutica simbólica. Porém o paradoxo do imaginário tem, também, conseqüências sociais importantes. Estamos inseridos numa sociedade que aposta num modelo de racionalidade instrumental (o neoliberalismo), em que a razão é usada como o instrumento mais perverso de dominação. Tudo se racionaliza para produzir mais e ser mais eficiente. Racionalizar significar dissecar a vida para um objetivo instrumental. Racionaliza-se o uso do tempo, a ocupação do espaço, o controle da produção, as formas de consumo, o tempo livre, os valores, até as relações e os afetos. Tudo passa pela peneira da racionalização, com objetivo de extrair frutos produtivos. Institui-se o monopólio da racionalidade e saberes de vanguarda como modo de controle hegemônico de umas sociedades sobre outras, de uns seres humanos sobre outros. Pensar que a alternativa está em acabar com toda forma de racionalidade e submergir-nos numa nova época de naturalismo ou irracionalismo, pode nos levar ao desastre social. A racionalidade estratégica produz o dogmatismo e o autoritarismo, o simbolismo absoluto produz o fanatismo. Assim, pois, na hora de (re)pensar um modelo de sociedade alternativo ao que vivemos, temos que imaginar um modelo onde teremos que implicar a dimensão estética e a lógica, onde a racionalidade deve estar a serviço da vida, onde o planejamento estratégico não signifique o uso estratégico (produtivo) do ser humano, onde a ciência e a tecnologia sejam modos racionais da vivência estética do humano. Mas isso sempre teremos que fazê-lo de modo tenso, paradoxal, porque o paradoxo é produtivo, ele instiga a criação.

**IHU On-Line - O que significa que o ser humano é, por natureza, "indeterminação criativa, e tem por objetivo (re)criar a natureza, ao invés de submeter-se a uma ordem natural pré-estabelecida"?**

**Castor Ruiz** - Na tradição ocidental, há uma tendência hegemônica a pensar o ser humano e a sociedade como algo que está naturalmente determinado. Ou seja, que haveria um conjunto de leis naturais que estruturam o modo de ser humano. Se assim fosse, certamente que o caminho da verdade seria estritamente racional, porque, em tal hipótese, teríamos que descobrir (racionalmente) as leis de nossa natureza e aplicá-las corretamente com uma técnica apropriada. Este foi o modelo humano ocidental de razão, ciência e técnica. Hoje, por exemplo, quando ouvimos falar do mercado como uma entidade extra-histórica com leis próprias, com uma racionalidade natural específica, que devem ser conhecidas e aplicadas de modo inexorável, estamos vivendo dos ecos do modelo naturalista. Pois, por sua vez, esse paradigma (quase ontológico) natural do mercado se pensa a partir de uma epistemologia e antropologia natural, em que se percebe o ser humano como alguém determinado pela lei natural da livre concorrência, e a motivação natural do interesse próprio. Tudo leva o epíteto de natural e racional. Pois bem, frente a esse e outros muitos modelos que pensam o humano como algo definido por uma racionalidade natural, nós apontamos os condicionamentos históricos, biológicos e culturais do humano, mas no meio deles percebemos a potencialidade irreprimível da criação humano. O ser humano não pode ser explicado pela racionalidade, ele é indeterminado e indeterminável. O ser humano remete a um sem fundo insondável e criativo de onde ele se autoconstitui como sujeito e constitui a sociedade de forma criativa.

**IHU On-Line - Que outras hipóteses importantes são defendidas no livro?**

**Castor Ruiz** - Retomando a reflexão da questão anterior, uma outra dimensão onde o paradoxo do imaginário se manifesta de forma inclusive "trágica", é na constituição do sujeito. O sujeito é histórico, ele se constitui em interação com as circunstâncias. Porém o paradoxo criativo acontece quando percebemos que esse sujeito é um sem fundo humano criativo que interage com a alteridade do mundo. A subjetividade seria uma espécie de auto-poiese em que o sujeito se autoconstitui a partir da força criativa do sem fundo humano em interação com a alteridade do mundo que já está dada para ele na forma do outro ser humano com quem se relaciona e do modo cultural em que se insere. Porém essa subjetividade será sempre uma obra de arte, algo único em cada pessoa, que se faz assim mesma enquanto transforma a sociedade em que vive. Observemos que ao falarmos de sem fundo humano criativo estamos lidando com um outro paradoxo, qual seja o de que nos percebemos criadores e criativos, porém essa capacidade criativa nos foi dada como dom (gratuito, original) na hora de sermos criados. Cada um de nós não pode ser pensado como uma mera gestação de formas biológicas, isso daria lugar à produção padronizada de seres racionais. Pelo contrário, cada ser humano deve se pensar como uma criação única que recebe ao mesmo tempo a capacidade de criar. O ser humano, uma criação que cria, eis talvez uma imagem (não uma definição) que se aproxima muito de nosso sem fundo insondável. Para concluir enunciaria algumas dimensões em que, na obra, é apontada a dimensão paradoxal. A relação mito e logos, de tal forma que o ser humano não reduz ao logos nem supera o mito, pois tem que (con)viver com a condição paradoxal de ser um ser mito-lógico. A constituição da psique humana também convive com o paradoxo de autoconstituir-se na tensão paradoxal entre o princípio racional da realidade e a tendência criativa da sublimação. Por último, a raiz ontológica da pessoa humana também está atravessada por esse paradoxo. Ela não mais é natural como as outras espécies animais, porque, ao romper sua inserção natural pelo instinto programado da espécie, se percebe expulsa desse paraíso natural. Esse processo de separação criou em cada ser humano uma

fratura insuperável. O ser humano é um ser fraturado entre a volta do paraíso natural do qual saiu e a experiência de futuro que agora o surpreende como algo aberto e incerto. Peregrinamos errantes na nossa condição de seres que nunca mais poderemos voltar ao seio da natureza, sob pena de perder nossa condição humana, e, ao mesmo tempo, tentamos constantemente uma forma de plenitude que não alcançamos. O paradoxo humano é uma fratura que, ao separar-nos do mundo, nos colocou na condição “trágica” de enfrentar o futuro; esse paradoxo é maior, porque a fratura demanda algumas formas de sutura (de plenitude) que sempre resultam parciais sem nunca conseguir, na história, a sutura plena do sentido último da existência.

## ABRINDO O LIVRO

Na próxima quarta-feira, dia 29 de outubro, será realizada a próxima sessão de **Abrindo o Livro**. A professora Dr.<sup>a</sup> Márcia Tiburi, do PPG em Filosofia da Unisinos fará a apresentação do livro **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**, de Giorgio Agamben. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. O evento acontece na Sala de Seminários 2 da Biblioteca da Unisinos, das 19h45min às 22 horas.

Márcia Tiburi é mestre em Filosofia pela PUCRS e doutora em Filosofia pela UFRGS, com tese intitulada *Dialética negativa: superação negativa e a transformação da Filosofia em Theodor W. Adorno*. Além da graduação em Filosofia, Márcia também é graduada em Artes Plásticas. A professora é autora do livro **Crítica da Razão e Mimesis no pensamento de Th. W. Adorno**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1995. Márcia Tiburi apresentou o **IHU Idéias** de 18 de setembro de 2003, com o tema *Os 100 anos de Theodor Adorno e a filosofia depois de Auschwitz*, sobre o qual ela concedeu uma entrevista na 75ª edição de **IHU On-Line**.

## IHU IDÉIAS

O professor Donaldo Schüler tratou do tema *A contribuição do gaúcho para a construção da identidade nacional*, na última edição de **IHU Idéias** e no fechamento de **Ciclo de Estudos sobre o Brasil – 2ª Etapa**, que aconteceu no dia 23 de outubro de 2003. Considerando a globalização uma grande inimiga da preservação das características regionais, Schüler falou sobre os meios de comunicação de massa e sobre a internet, que acabou com as fronteiras culturais.

## Ecos do Evento

“Apesar de ser do Paraná, tenho a cultura gaúcha muito forte, pois lá nós temos muitos descendentes de gaúchos, temos até CTGs. Foi importante a palestra do professor Donaldo Schüler para compreender a questão histórica. Ele abordou conceitos interessantes que eu nunca havia ouvido”.

*Odair Krack, aluno do Seminário Concórdia, de São Leopoldo.*

“Procurei a palestra porque estou estudando para a carreira diplomática e literária. Achei excelente. O Donaldo é uma das maiores intelectualidades do momento. Ele foi ótimo fazendo uma atualização da nacionalidade brasileira nesse período de transformação. Ótima escolha para o fechamento do Ciclo de Estudos sobre o Brasil”.

*Elaine Pereira, professora de Literatura.*

“A temática apresentada é realmente muito presente nos dias atuais, essa questão do ‘ser gaúcho’ que questiona sua identidade. O professor nos forneceu informações preciosas para uma reflexão a respeito do assunto”.

*Izabel Nunes, funcionária pública aposentada.*

## “TV DIGITAL MAIS GOVERNO LULA PODE RESULTAR EM DEMOCRATIZAÇÃO”

### Entrevista com Valério Brittos

*Na próxima edição do IHU Idéias, prevista para quinta-feira, dia 30, o Prof. Dr. Valério Brittos, do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos, abordará o tema Produção e regulamentação: as barreiras da televisão. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia, obteve o título com a tese Capitalismo contemporâneo, mercado brasileiro de televisão por assinatura e expansão tradicional. É autor do livro Recepção e Tv a cabo: a força da cultura local (Editora Unisinos, 2001) e integra o Comitê Editorial da Revista Electrónica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación ([www.eptic.he.com.br](http://www.eptic.he.com.br)). Atualmente, o professor pesquisa a TV digital, suas definições e movimentos estruturantes. Ele conversou com o IHU On-Line, abordando alguns tópicos da exposição que fará no IHU Idéias, que se realizará na sala 1G119, das 17h30min às 19h.*

#### **IHU On-Line – Quais são as características do mercado brasileiro de televisão?**

**Valério Brittos** – Os mercados comunicacionais, especialmente os de televisão, são condicionados por duas barreiras que fazem com que as empresas que não pertençam a determinado mercado não consigam acessá-lo. Ou, se já estão presentes no mercado, não conseguem assumir a liderança, ou melhores posições, o que mantém o oligopólio. Eu trabalho com uma tipologia, a partir de um diálogo evidente com muitos autores, que define duas barreiras particulares e específicas desses mercados comunicacionais de TV. Trata-se da barreira estético-produtiva e a barreira político-institucional. A primeira se refere às condições de produção da empresa de TV, envolvendo equipamento, tecnologia, recursos humanos, a experiência, o “como fazer” que gera aprendizado e conhecimento. Isso acaba produzindo um padrão que se traduz nos produtos e na programação e é reconhecido pelo consumidor. Se o receptor não reconhecesse algum traço de superioridade ou distinção, ele não consumiria o produto em maior quantidade. A outra barreira, a político-institucional, se refere às relações diretas e indiretas com o estado e com organismos do governo. Diretas, no caso da obtenção de uma concessão, por exemplo, ou indiretas, a partir da compra de uma concessão, quando se dá uma negociação com alguém que a obteve diretamente do aparelho do estado. Na verdade, trata-se de um conjunto de ordenamentos do estado apropriado privadamente por alguma organização e transforma isso em uma barreira.

#### **IHU On-Line – Esse é o caso da Rede Globo?**

**Valério Brittos** – É o caso da Globo, da maneira como ela utilizou a rede de telecomunicações do País, transformando aquilo, que não foi construído para a Globo, em uma barreira político-institucional, formando uma grande rede e construindo paralelamente o seu “padrão Globo de qualidade”, que seria a barreira estético-produtiva.

***IHU On-Line* – Essas barreiras são tipicamente brasileiras, há um padrão brasileiro desse tipo de relação?**

**Valério Brittos** – Os mercados tendem a se organizar, no capitalismo contemporâneo, como um oligopólio, principalmente nas comunicações. Essas barreiras tendem a estar presentes quando o mercado está estruturado. Claro que há características muito próprias em cada país. Por um lado, na construção do seu padrão, pois embora os produtos circulem globalmente há adaptações locais, que se refletem no padrão estético-produtivo. Por outro lado, o nível de avanço democrático determina a forma como a legislação é usada. De qualquer modo, o estado capitalista, por mais controlado que seja guarda uma relação de classe e os instrumentos jurídicos mais avançados não impedem que os mercados se organizem como oligopólios.

***IHU On-Line* – O advento da TV digital implicará alguma mudança nessas relações?**

**Valério Brittos** – Esse é o problema. A TV digital, que estou pesquisando especificamente, suas definições e movimentos estruturantes, pode representar a grande oportunidade de o Brasil dar um salto qualitativo, estabelecendo, por exemplo, um caderno de encargos para os operadores, com determinadas obrigações sociais, como a disponibilização de mais canais com objetivos comunitários, envolvendo a cidadania, a educação e a cultura. Os sistemas capitalistas mais avançados estabelecem esses encargos, mas no Brasil isso é quase um palavrão. A TV digital pode, ainda, representar o grande momento para a construção de novas relações, para o início de uma comunicação mais democrática. Mas não é isso que vem se delineando, apesar de alguns avanços.

***IHU On-Line* – O que vem se delineando e quais são os avanços?**

**Valério Brittos** – Houve avanços, porque, pelo menos até um ano atrás, se pensava apenas em três padrões para a TV digital: o norte-americano, o japonês e o europeu. Um desses três seria a opção brasileira. Não estavam sendo discutidas outras possibilidades, como um padrão próprio, como a articulação com outros países próximos, como a Argentina, ou mesmo distantes, como a China, que já tem experiências próprias. Hoje, o Brasil passou a pensar nisso, em desenvolver seu padrão. Mas falta muito. Falta pensar além do problema tecnológico, construindo mais do que um modelo de negócios, mas um modelo de serviços, que venha no bojo de uma política de comunicação. Não se pode pensar em implantar uma tecnologia que vai substituir as anteriores sem pensar na concentração da propriedade, na falta de controle social da mídia. Enfim, há um déficit comunicacional na nossa sociedade, a televisão é a principal mídia, e esse é o momento de mudar.

***IHU On-Line* – Há sinais dessa mudança?**

**Valério Brittos** – Tecnologicamente se acaba avançando, porque há interesse das indústrias, que desejam substituir os televisores atuais. Mas a incorporação social dessa tecnologia não está presente. Os proprietários das empresas devem se apropriar dos resultados econômicos, o que faz parte do jogo capitalista, mas há um espaço de publicização das demandas sociais, de diálogo, de troca, de reconhecimento, de identidade cultural, e esse espaço não pode ser apropriado privadamente. Nesse sentido, até agora não houve avanço. Mas, com o governo Lula existe uma expectativa muito grande de mudança, expectativa essa que permanece. TV digital mais o governo Lula pode resultar em democratização da comunicação.

**Confira a programação do *IHU Idéias* durante o mês de novembro:**

**06/11/03** – “Balas perdidas na imprensa: a violência juvenil em debate no RS” – Prof. Dr. Ronaldo César Henn e Profª. Drª. Carmem de Oliveira – Professores na Unisinos

**13/11/03** – “Olhares sobre o Brasil a partir do cinema nacional” – Profª. Drª. Miriam de Souza Rossini – Professora na Unisinos

**20/11/03** – “Futebol, Mídia e Cultura no Brasil” – Prof. Dr. Edison Luis Gastaldo – Professor na Unisinos

**27/11/03** – “Medicina social: a saúde como instrumento de denúncia” – Profª. Drª. Stela Nazareth Meneghel - Professora na Unisinos

*IHU Idéias* é um evento gratuito que acontece todas as quintas-feiras, na sala 1G119, junto ao IHU, das 17h30min às 19h. Ao final da explanação, sempre são servidas bebidas: chocolate quente, café e água.

## IHU REPÓRTER

### Arthur Tórgo Gómez

*“Sou uma pessoa movida a desafios”. Assim se define o coordenador do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Computação Aplicada da Unisinos – PIPCA, Arthur Tórgo Gómez. Ao contar sua história de vida e trajetória profissional, o professor Arthur demonstra o fascínio pela área em que atua e pelo convívio no ambiente acadêmico. Ele relata a experiência da institucionalização do PIPCA e abre os planos para a criação do doutorado em Computação Aplicada para breve.*



**Origem** – Nasci em Porto Alegre, em 1961. Minha família é de Lavras do Sul, uma cidade localizada na região de Bagé, Caçapava do Sul e São Gabriel. Passei minha infância entre Porto Alegre e Lavras do Sul.

**Formação** - Comecei meus estudos no Curso Roque González, que era dos jesuítas e ficava na rua Alberto Bins, em Porto Alegre. Ali fiz todo meu primário. Depois, fiz o ginásio e o científico no Colégio Militar de Porto Alegre. Não optei pela vida militar, porque achei que não tinha jeito para isso. Comecei fazendo graduação em Química, na UFRGS, depois parti para Engenharia Civil na mesma instituição e, por último, decidi cursar até o fim Engenharia Química na PUC. Um ano antes de concluir Engenharia Civil, passei no concurso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de São Paulo, para cursar o mestrado em Análise de Sistemas e Aplicações. Fui para São Paulo e não concluí a graduação em Engenharia Civil. Isso foi em 1984. Mais tarde, já trabalhando no INPE, cursei meu doutorado em Computação Aplicada em Sistemas de Manufatura Flexíveis.

**Profissão** - O INPE, na minha vida profissional, foi muito importante como vivência e formação. Lá estudei um ano com bolsa do CNPq e fui contratado como funcionário. Trabalhei cerca de quatro anos no acompanhamento técnico/financeiro de projetos nas áreas de setores de Ciência Espacial e Propulsão. Depois, passei para o Laboratório de Circuito Impresso. Foi interessante, porque minha dissertação de mestrado era a simulação desse Laboratório, referente aos processos e ao controle da produção. Fui chefe desse setor e subchefe da Divisão de Manufatura e Fabricação. Permaneci no INPE até o final de 1996. Nesse ínterim,

participei de vários projetos, basicamente ligados à engenharia espacial e trabalhei como engenheiro. Em 1996, tirei uma licença por interesses pessoais. Minha família é aqui do Sul e já estava muito tempo em São Paulo. Na época, fui convidado para trabalhar na Unisinos. Eu nunca tinha dado aula na graduação e gostei muito da experiência. Na época, eu ministrava uma disciplina no Centro 6. Gradativamente fui aumentando e, em 1997, era professor horista, com 40 horas.

**Criação do PIPCA** - Em 1998, começamos com a idéia de criar uma pós-graduação em computação aplicada na Unisinos. Em 1999, apresentamos o projeto para o Consun, que o aprovou em 2000. Com a primeira turma, a Capes recomendou nosso curso. Desse período até hoje, o programa cresceu bastante. Estamos indo para a quarta turma, e já tivemos doze dissertações apresentadas. Na Unisinos, o PIPCA se mostrou como um presente inesperado que, até o momento, tem dado muitas alegrias. Ele tem gerado trabalhos de computação aplicada em diversas áreas, que caracteriza o seu caráter interdisciplinar. Envolvermos-nos em projetos que abrangem várias áreas do conhecimento, cada área preservando sua identidade, e convivemos com uma sinergia no grupo que tem proporcionado resultados muito interessantes. Eu tenho muito orgulho de ser coordenador do PIPCA, que hoje está numa fase de consolidação, e que, dentro de dois ou três anos, poderá ir para um doutorado. Hoje se está fazendo um grande esforço, na capacitação de recursos humanos e geração de produção bibliográfica, que é a missão das pós-graduações.

**Experiência pessoal** - Há coisas que a gente não estuda. Só a experiência nos capacita a fazê-las. Com certeza, essa experiência me deixou muito mais competente do que eu era. Tanto na parte de relacionamento humano, quanto no melhor conhecimento das estruturas da Unisinos. É um conhecimento imprescindível, de crescimento junto com a instituição. Participar do processo de criação do PIPCA foi, basicamente, um marco zero. É preciso nos dar conta de que temos que iniciar tudo de novo. Isso é uma coisa de que eu gosto. Sou uma pessoa movida a desafios. Casou perfeitamente comigo esse desafio e essa possibilidade de crescer. Nesta área de pesquisa, a Unisinos é muito nova, o que vejo como fator positivo, pois é um caminho em aberto que possibilita a construir uma história. E esse desafio é realmente muito gratificante.

**Família** – Depois que voltei de São Paulo, me casei com a Maria Luísa Mallmann, na verdade um namoro antigo de Porto Alegre. Estamos casados há 17 anos. Temos um filho, o Breno, de 8 anos. A gente curte muito esse filho. Eu aprendi que ter filhos humaniza muito a gente. É uma experiência por que todos deveriam passar. O meu retorno aqui para o Sul me fez reativar os laços que eu tinha no interior com a minha família. Sempre que posso, vou para Lavras do Sul rever meus parentes e ter momentos de lazer.

**Autor** – Na nossa área, um dos problemas é que lemos muitos livros técnicos. Mas o Adam Smith é um autor de que eu gosto, por ter o perfil de uma leitura mais desassociada do meu dia-a-dia; parece que abre um vácuo. Também gosto de ler e passar para meu filho os livros de Julio Verne e Monteiro Lobato, que são autores que tenho lido bastante atualmente.

**Livro** – Um livro que me marcou foi **Criando Meninos**, de Steve Biddulph.

**Filme** – Um épico inesquecível para mim é **E o Vento Levou**, de Victor Fleming.

**Um hobby** – Minha criação de cavalos crioulos. Quando vou para o interior me dedico a isso. Gosto muito de animais; essa aproximação é uma coisa que renova muito.

**Nas horas livres** – Estar com a família, sair, passear, viajar.

**Um grande sonho** – Voltar para o interior.

**Uma grande paixão** – O trabalho. Não sou *workholic*, mas me realiza bastante. Acho que o homem sem o trabalho não se realiza. Ele faz parte da formação.

**Unisinos** – A Unisinos se colocou para mim como uma grande oportunidade de desenvolvimento profissional e de aprendizado. Ela é uma grande escola, que tem muito a oferecer. Está sendo muito prazeroso esse convívio com a Universidade.

**IHU** – Há uma grande expectativa da Unisinos para com o IHU, principalmente no potencial que ele tem de desenvolver projetos sociais, nessa interação com a Universidade. Para nosso programa ser transdisciplinar, temos um forte envolvimento com a parte de aprendizagem virtual e também com o projeto E-Cidadão. O Instituto Humanitas tem muita coisa nessa área. Eu gostaria, inclusive, que tivesse mais intercâmbio. O IHU tem um grande espaço pela frente.

**EXPEDIENTE:**

*IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU – , da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó (soniam@icaro.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio <http://www.ihu.unisinos.br/>. Sua versão impressa circula internamente na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.*



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS